



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Jovens e Política: O papel e uso dos novos *media* sociais  
(Internet e redes virtuais) no envolvimento cívico e político dos  
jovens cidadãos

Sara Pires Duarte Barata Dias

Dissertação submetida como requisito parcial para obter o grau de Mestre em Ciência  
Política

Orientador:

Doutor Pedro Pereira Neto, Professor Auxiliar Convidado  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador:

Mestre Tiago José Ferreira Lapa da Silva  
Investigador do CIES-IUL

Outubro, 2014



## AGRADECIMENTOS

Antes de mais gostaria de expressar a minha enorme gratidão a todas as pessoas que me acompanharam durante este moroso processo de execução da dissertação. Foi uma longa jornada, com alguns avanços e recuos, algumas indecisões e dificuldades em encontrar o meu ângulo de pesquisa, mas graças às pessoas que me rodeiam, nomeadamente amigos e família, pude encontrar suporte ao longo de todo este processo. O meu mais genuíno agradecimento e carinho dedico à minha família, sobretudo à minha mãe, que sempre me ensinou a nunca desistir e permanecer forte, mesmo nos períodos mais difíceis, Graças a este apoio incondicional, e a esta força, consegui chegar até aqui. Para mim, estes dois anos significam muito. Foram uma experiência incrível e gratificante.

Antes de mais e em primeiro lugar, gostaria de manifestar o meu especial agradecimento ao Professor Pedro Pereira Neto pela sua paciência e dedicação, pelos seus conselhos e orientação relativamente ao tema da dissertação, e a toda a bibliografia recomendada. Também gostaria de manifestar a minha enorme gratidão ao Professor Tiago Lapa e ao livro que recomendou, a primeira vez que nos encontramos. Posso dizer que este livro foi a chave crucial para o meu tema e para a minha investigação.

Para mim, estes dois anos significam muito. Foram uma experiência incrível e gratificante. Vou guardar e levar o melhor desta aventura. Uma grande oportunidade de acumular conhecimentos, não só do domínio e das competências literárias mas também do ponto de vista humano. Vou ficar com as melhores memórias e recordações dos Professores que tive e dos incríveis ensinamentos e bagagem cultural que transmitiram. Terminar esta dissertação significa muito para mim. Denota um período e uma fase significativa na minha vida. Um grande abraço a todas as pessoas que estiveram e fizeram parte deste momento da minha vida. Um muito obrigado.

Sara Pires Duarte Barata Dias

## RESUMO

Nos últimos anos tem sido encontrada nas sociedades ocidentais designadamente entre os jovens, uma certa apatia e falta de envolvimento nas formas mais convencionais de participação política. Dahl (2000, cit. por Porta, 2013:1) refere mesmo que tem havido uma redução da satisfação dos cidadãos relativamente à atuação das «democracias realmente existentes». Segundo as conclusões de um estudo realizado por Magalhães e Moral (2008:2) sobre os jovens portugueses e a sua relação com a política, estes são dos que revelam uma menor exposição à informação política divulgada pelos vários órgãos de comunicação social, comparativamente ao resto da população portuguesa, como por outro lado, na generalidade os jovens e não apenas os que ainda não chegaram à idade de voto, são dos que menos conhecimentos políticos têm. Sem embargo, esta situação dá-se numa altura em que os jovens estão mais do que nunca expostos a informação política e discurso, provenientes dos vários órgãos de comunicação social e da própria educação e diversos meios de interação social, mais do que os seus pais alguma vez estiveram (Loader, 2007:1).

Por outro lado, Brites e Ponte (2012:10) atribuem à Internet a criação de novos horizontes e possibilidades de comunicação, ligação, aprendizagem e participação entre as pessoas. Porém, questionam se a Internet está a criar uma geração de jovens com uma maior capacitação para participar na sociedade.

Em primeiro lugar, a presente dissertação pretende analisar se os jovens estão a deslocar-se para uma literacia cívica através do uso das novas ferramentas promovidas pelos novos meios sociais, nomeadamente as redes sociais como o Facebook e outras. Em segundo lugar, o presente trabalho procura igualmente compreender se a Internet e as redes digitais estão a criar um maior nível de interesse, participação e mobilização cívica e política entre os jovens portugueses, ou se as redes sociais estarão a potenciar um maior debate de ideias e troca de informação entre os indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: jovens; participação política; internet; literacia cívica; facebook

## ABSTRACT

In recent years has been found in western societies namely between young people, some apathy and lack of involvement in more conventional ways of political participation. Dahl (cited by Porta, 2013:1) refers even that there has been a reduction in the satisfaction of citizens in relation to the actions of «actually existing democracies». According to the findings of a study conducted by Magalhães e Moral (2008:2) about the young portuguese and their relation with politics, these are of which shows less exposure to political information disseminated by the various media, comparatively the rest of the portuguese population, and moreover, generally young and not just those who have not reached the voting age, are those who have less political knowledge. Nevertheless, this occurs at a time when young people are more than ever exposed to political speech and information, from various media and own education and various means of social interaction, more than ever their parents were (Loader, 2007:1).

On the other hand, Brites and Ponte (2012:10) ascribe the Internet the creation of new horizons and possibilities for communication, connection, learning and participation among young people. However, they questioned whether the Internet is creating a generation of young people with a greater capacity to participate in society.

First of all, this thesis aims to examine whether young people are shifting to a civic literacy through the use of new tools promoted by the new social media, including social networks like FB and others. Secondly, this study also seeks to understand the Internet and digital networks are creating a higher level of interest, participation, and civic and political mobilization among young portuguese, or if social networks will enhance the greater debate of ideas and exchange of information between individuals.

KEYWORDS: young people; political participation; internet; civic literacy; facebook



## ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I – CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E LITERACIA</b> .....	6
1.1. A Cidadania e a sua importância .....	6
1.2. O contributo da Internet para uma Cidadania mais participativa e democrática .....	7
1.3. A Participação como fundamento da Democracia.....	7-9
1.4. O potencial da <i>Web</i> na construção de uma sociedade mais democrática .....	9-11
1.5. Visão negativa dos efeitos da Internet na sociedade - Limitações e constrangimentos das TIC.....	12
1.6. Os jovens, a política e a Internet .....	12-15
1.7. A Literacia e a sua importância na esfera social e política dos indivíduos.....	16-17
1.8. A Internet e a Literacia digital .....	17-20
<b>CAPÍTULO II- DESENHO METODOLÓGICO</b> .....	22
1.NOTAS METODOLÓGICAS .....	22-26
<b>CAPÍTULO III – OS JOVENS E A POLÍTICA</b> .....	27
3.1.Apresentação do estudo .....	27-29
3.2. Análise das hipóteses .....	30-32
3.3. Síntese e discussão dos resultados .....	33-36
<b>CONCLUSÃO</b> .....	37-38
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	39
<b>ARTIGOS EM FONTE DIGITAL</b> .....	41
<b>ANEXOS</b> .....	I

## ÍNDICE DE FIGURAS

**FIGURA 1.1. Através de que meio disseminou o desenvolvimento do 15 de Maio – (Pág.11)**

**FIGURA 1.2. Proporção de indivíduos que expressaram a sua opinião/ponto de vista através da Internet ou *media* sociais nos últimos dois anos, por grupos de idade, média europeia, 2012 (Pág.14)**

**FIGURA 1.3. Proporção de indivíduos que assinaram uma petição (em papel ou online) nos últimos dois anos, por grupos de idade, média europeia, 2012 (Pág.14)**

**FIGURA 1.4. As redes sociais com maiores perfis criados em Portugal, em 2013 (Pág.18)**

**FIGURA 1.5. Utilização da Internet, por escalão etário, em Portugal, em 2013 (Pág.19)**

**FIGURA 1.6. Utilização da Internet, por grau de escolaridade, em Portugal, em 2013 (Pág.19)**

**FIGURA 1.7. Apoio a causas nas redes sociais, em Portugal, em 2013 (Pág.20)**

## **ÍNDICE DE QUADROS**

**QUADRO 2.1. Quadro com caracterização dos entrevistados com base no sexo, idade, grau de escolaridade e envolvimento político (Pág.24-25)**

**QUADRO 2.2. Quadro com o perfil dos entrevistados (Pág.25-26)**

**QUADRO 3.1. Caracterização sociodemográfica (Pág.27)**

**QUADRO 3.2. Posicionamento partidário, comportamentos políticos e avaliação das instituições políticas (Pág.28-29)**

**QUADRO 3.3. Utilização da Internet e redes virtuais e o envolvimento político por estas vias (Pág.29)**

**QUADRO 3.4. Análise da relação entre a variável escolaridade e as variáveis respeitantes ao posicionamento partidário, comportamentos políticos e utilização da internet e redes sociais (e o envolvimento político por estas vias) (Pág.31)**

**QUADRO 3.5. Análise da relação entre a variável escolaridade e as variáveis respeitantes ao posicionamento partidário, comportamentos políticos e utilização da internet e redes virtuais (e o envolvimento político por estas vias) (Pág.32)**





## INTRODUÇÃO

Embora existam evidências de crise democrática que comprometem o estado da participação política e cívica em vários países do mundo, incluindo o caso português, por outro lado, parecem estar em formação até ao momento presente novas dinâmicas de participação que apelam ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Segundo investigações realizadas nos últimos anos com base na qualidade da Democracia, Diamond e Morlino (2005, cit. por Porta, 2013:1) corroboram que há de facto uma baixa qualidade no que refere aos regimes democráticos ocidentais. Nas últimas eleições legislativas realizadas em Portugal em 2011, a taxa de abstenção de votos foi de 41,1%, sendo que se infere que a percentagem de participação através de voto tem vindo a diminuir ao longo dos anos desde que foi permitido o sufrágio universal acessível a todos os géneros, segundo uma notícia divulgada pelo <sup>1</sup>jornal Diário de Notícias online. Também a nível das eleições europeias os níveis de abstenção eleitoral têm vindo a aumentar, e isso reflete-se nomeadamente na percentagem que Portugal apresenta em 2014 com uma abstenção superior a 66%, sendo que segundo uma notícia avançada pela <sup>2</sup>revista visão, foi considerado o 8º país da UE com abstenção mais elevada. A democracia não está acabada, é antes de mais necessário repensá-la e isso exige a necessidade de aprofundar os fundamentos e procedimentos que a caracterizam (Belchior, 2010:27). Neste sentido, a Internet pode ser um suporte auxiliar da democracia, na medida em se destaca sobretudo enquanto expoente que afirma um novo tipo de cidadania e de incremento do sistema educativo, fomentando igualmente outro tipo de relações sociais entre os indivíduos e a sociedade. Montargil et al., (2008:5), referem que as TIC têm não só se tornado num instrumento que permite uma melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, assim como dão força à democracia. A democracia eletrónica é uma nova maneira que permite ao cidadão comum a participação em discussões e interação com os poderes políticos que permite que os indivíduos sejam ouvidos não apenas no período de campanhas eleitorais, mas também fora do mesmo, sendo um meio onde os sujeitos podem canalizar alguns problemas da vida diária (Idem). De acordo com Djick (2000), as formas de transmissão, cultura e organização da participação política estão em mudança, sendo que as TIC podem oferecer novas oportunidades de os indivíduos se aproximarem mais diretamente dos centros institucionais políticos e os cidadãos terem a oportunidade de conduzir o seu próprio sistema político.

---

<sup>1</sup> Notícia divulgada pelo jornal *online* Diário de Noticias, seção Portugal, intitulada «Eleições - Abstenção é de 41,1%.»

<sup>2</sup> Notícia avançada pela revista *visão* intitulada «Europeias: Taxa participação UE de 43,1%, Portugal 8º país com mais abstenção».

Para Kapor (1993), « A vida no ciberespaço parece estar-se a moldar exatamente como Thomas Jefferson teria desejado: fundada no primado da liberdade individual e um compromisso com o pluralismo, diversidade e comunidade.»

Porém, apesar de a Internet constituir uma importante ferramenta ao serviço da sociedade, tudo dependerá da forma como os indivíduos se apropriam da mesma.

Os jovens dos dias de hoje parecem estar a crescer num mundo totalmente diferente do que os seus pais experienciaram. Este facto influencia significativamente a definição de identidade, a cidadania e as formas de participação que os jovens elegem para fazer parte das sociedades democráticas.<sup>3</sup>(2013:4).

As redes digitais a que hoje se tem acesso, nomeadamente o Facebook, Twitter, entre outras, tem como características principais a possibilidade de um debate acessível a todos; Todavia, ainda que se evidenciem pela sua pluralidade, só os indivíduos que tenham uma necessária literacia e determinados meios poderão participar, criando e difundindo informação. Assim, os indivíduos que efetivamente desenvolverem estas competências podem pressionar agentes políticos e até determinar a agenda dos *media*. Esta plataforma tem-se revelado ideal para a criação de movimentos sociais, manifestos ou campanhas virtuais (Lamy e Cardoso, 2011). Aliás, há já casos exemplares de grupos de jovens cidadãos em Portugal – caso do Movimento 12 de Março de 2011, apelidado de «Geração à Rasca» - que se uniram através das redes sociais para manifestarem o seu descontentamento com as políticas vigentes no país. Para Porta (2013:98), os novos *media* digitais «(...) facilitaram o desenvolvimento de espaços livres, intercomunicação e planeamento.» Estes meios permitem aos cidadãos participativos ou mais ativistas documentar e manifestar a sua atividade de protesto contra as políticas do seu país (Idem). A “Primavera Árabe” é dos exemplos mais substantivos de como o recurso aos meios sociais, entre os quais Facebook, Twitter, e Youtube, pode servir para alertar o mundo, comunicar, mobilizar, e organizar indivíduos em prol de uma causa, através da troca de mensagens entre os manifestantes com o objetivo de trazer alguma mudança e transformação política aos seus países sob a influência de ditaduras. Mas se por um lado a Escolaridade parece ser determinante na aquisição de Literacias, por outro lado «(...) a escolarização não corresponde de forma linear e absoluta a bons (ou até mesmo suficientes) níveis de literacia» (Lopes, 2011:450). Será que os jovens que possuem uma maior literacia e um maior grau de literacia mediática têm uma maior tendência a exercer melhor a sua cidadania? Para Lopes (Idem) o contexto da vida quotidiana é decisivo e influi significativamente nas práticas de Cidadania na esfera pública dos indivíduos, sendo que o

---

<sup>3</sup> Relatório apresentado pela Agência Executiva da Educação, Audiovisual e Cultura (*EACEA-Education, Audiovisual and Culture Executive Agency*) da Comissão Europeia sobre a «Participação Política e a Cidadania Europeia: Perceções e comportamentos dos Jovens» (2013).

diploma ou a maior posse de Literacias não é o suficiente para assegurar as competências de um indivíduo.

Segundo Loader (2007:2), a utilização da Internet pode ser determinante para os jovens enquanto novo canal adicional de comunicação política e de acesso a informação política sobre as instituições e práticas democráticas existentes na sociedade. Deste modo, Loader (Idem) enfatiza a importância dos *websites*, fóruns de discussão online, e *podcasts*, uma vez que este tipo de ferramentas pode facilitar e conectar os jovens cidadãos com os políticos, os partidos políticos, e até os seus educadores. Para Loader (2007:11), «(...) o recurso aos novos media digitais enquanto ferramenta de socialização e mobilização permanece forte.» Para os jovens cidadãos que já têm uma socialização política, nomeadamente a nível de envolvimento com novos movimentos políticos e relações sociais, não há dúvida de que a Internet exerce um papel fundamental (Loader, 2007:14).

No contexto da utilização da Internet por parte dos indivíduos, a Literacia é um recurso chave, sendo mesmo uma condição necessária em vários domínios da sociedade, nomeadamente o envolvimento e o interesse na cultura que os cidadãos têm face ao seu país e outros, nos assuntos económicos locais e globais, e na política. A instrução é preponderante ao ativismo dos cidadãos face à sua sociedade em vários domínios. Dewey (1997 (1996)) enfatiza a importância da Educação, argumentando que é mesmo necessária para participar em democracia, e que sem esta ferramenta essencial, ou seja, sem um conjunto de cidadãos educados, informados e literados, uma robusta democracia é impossível. (cit. por Lievrouw e Livingstone / 2002:92).

A Internet não corresponde a uma solução total para a falta de motivação e interesse político dos jovens. Por conseguinte, a motivação e o interesse dos jovens face aos assuntos cívicos a nível online dependerá sobretudo do seu contexto político e do seu grau de socialização (Livingstone, Couldry e Markham, in Loader, 2007:24). No entanto, há uma perceção de que a Internet constitui uma extensão da comunicação dos jovens, onde os mesmos dispõem parte do seu tempo, motivação, sociabilidade e identidade (Livingstone, Couldry e Markham, 2007:21). Num estudo explanado por Livingstone e Helsper (2007, cit. por Ponte, 2012:54), os investigadores observaram que as crianças e jovens que já estavam familiarizados com a Internet há um longo período de tempo, utilizando-a com maior frequência, têm uma maior tendência a aproveitar as oportunidades ou vantagens que lhes são oferecidas a nível *online*, em comparação aos jovens que têm menos oportunidades ou que aderiram à Internet há menos tempo. Segundo<sup>4</sup> uma notícia que cita um estudo da Universidade de Oxford sobre a influência da Internet na vida dos jovens, os jovens que não têm acesso à internet têm maiores dificuldades a nível educativo e social. A Internet é

---

<sup>4</sup> Notícia com o título, «Jovens sem Internet têm mais dificuldades», de 7 de Janeiro de 2013, avançada pela revista «Mais Superior», produzida pela Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa.

igualmente apontada como um instrumento de apoio ao estudo e à investigação dos jovens. Aliás, o estudo explica mesmo que os jovens que dão mais uso à Internet têm mais uma maior predisposição ao sucesso escolar. Este trabalho foi desenvolvido no Reino Unido, sendo que foram realizadas entrevistas aprofundadas em mais de mil lares, a 200 jovens e às suas famílias, entre 2008 e 2011. Porém, Livingstone (2008, cit. por Ponte, 2012:54) denota que apesar de os jovens serem apontados como sendo os que utilizam a Internet como primeiro meio para aceder à informação isto não significa necessariamente que os jovens tenham as competências necessárias para saber avaliar criticamente a informação à qual têm acesso. Outra situação que se prende com a Internet é o acesso à mesma: De acordo com Almeida (2011:11), embora se verifique uma difusão significativa da Internet, é necessário ter em conta que o acesso a partir de casa não é ainda possível a muitos indivíduos.

No âmbito de uma reflexão exploratória, parece ser pertinente analisar as virtualidades conferidas à Internet enquanto ferramenta ao serviço da participação política e cívica. Neste sentido, pretende-se com esta dissertação investigar que papel poderão as TIC, sobretudo as redes digitais, desempenhar na educação para a cidadania dos jovens. Estará a Internet e as suas redes sociais a constituírem-se como uma esfera alternativa de mobilização cívica e política ao serviço dos jovens?

Esta dissertação procura enfatizar a importância da Cidadania e de que modo esta é essencial à Participação dos Jovens nas democracias. Tem como objetivo tentar compreender o perfil de jovens que mais utilizam a Internet para se informar, debater assuntos, e se envolverem mais com a sociedade. Com base na análise das oportunidades que a Internet pode oferecer, pretende-se explorar de que modo a Internet potencia a Participação cívica e política ou espoleta o ativismo político dos jovens. Procura-se igualmente avaliar se consideram relevante e pertinente participar mais ativamente na sociedade através das redes digitais, nos assuntos políticos, manifestações, movimentos sociais, ou, debates, e se o fazem. Pretende-se explorar o papel e o uso que os jovens cidadãos fazem com as novas tecnologias, nomeadamente a proficiência relativamente às redes digitais, sobretudo o Facebook, uma rede que tem tido uma crescente e forte adesão nos últimos anos.

A presente dissertação divide-se em três capítulos. Ao longo do I capítulo, procura-se sistematizar a literatura existente baseada nas perspetivas teóricas de alguns autores sobre o valor da Cidadania e a sua influência para um maior ativismo e Participação democrática; é também abordada a Participação como base principal da Democracia; o potencial e os benefícios da *web* na edificação de uma sociedade mais democrática, não descurando igualmente os contras ou a aceção negativa que determinados autores têm face aos efeitos da Internet na sociedade. É igualmente abordada a importância da Literacia na esfera social

política dos indivíduos, a Internet e a Literacia digital e as competências necessárias à utilização da Internet e ao aproveitamento da mesma para exercer uma maior Cidadania. Por último, também se fala sobre os Jovens, a política e a Internet e a maior tendência dos jovens europeus em utilizar a Internet como ferramenta alternativa de Participação.

Relativamente ao II capítulo, procura-se efetivar o desenho metodológico do trabalho conferindo-se destaque nomeadamente à metodologia utilizada para atingir os objetivos da pesquisa.

O III e último capítulo apresenta a análise dos resultados sobre os jovens e a política, e a proficiência dos meios digitais (redes virtuais) no seu envolvimento político e cívico na sociedade. Relativamente ao presente estudo foi possível entrevistar 11 jovens para apurar a sua opinião sobre a política e redes digitais no seu envolvimento, sendo que tentou-se dentro do número de entrevistados chegar a jovens envolvidos com política e inscritos em filiações partidárias, outros envolvidos com movimentos sociais (12 de Março 2011) e jovens não envolvidos com política. No entanto, apesar de ter havido um esforço no sentido de apurar a opinião dos mesmos, gostaria de ter conseguido incluir mais casos dentro do estudo ou ter aprofundado mais ainda o meu estudo. Numa investigação próxima seria pertinente do ponto de vista metodológico tentar incluir mais casos, melhorar as questões chave realizadas de modo as respostas resultarem mais aprofundadas; investigar mais aprofundadamente a relação entre Literacia e Cidadania, uma vez que nem sempre o facto de a população ser mais literada reflete uma maior participação ou envolvimento cívico e político. Num próximo estudo poder-se-ia por exemplo focar apenas um universo específico de pessoas (jovens envolvidos com política nas formas mais convencionais) para compreender se as redes virtuais estão a criar um maior compromisso cívico e político entre os mesmos, e se os deslocam em direção a novas práticas políticas através das redes virtuais, tentando compreender se as utilizam para fins políticos, o papel que exercem sobre eles. Também se poderia analisar as práticas num estudo quantitativo-extensivo de um universo de estudantes universitários para compreender se a Internet estaria a deslocá-los para um maior envolvimento cívico e político. Seria igualmente pertinente explorar num outro estudo como as redes virtuais podem mobilizar indivíduos em movimentos sociais e como podem reunir indivíduos em prol de causas comuns, reivindicação de direitos, entre outros, sendo que se pode analisar de forma mais aprofundada a classe, a idade das pessoas, o papel da crise económica, e se este facto contribuiu mais para o protesto e a mobilização das pessoas através das redes virtuais.

## **CAPÍTULO I – CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E LITERACIA**

### **1.1. A Cidadania e a sua importância**

Segundo Viegas e Dias (2000:1), com base em Marshall, os princípios de Cidadania começaram a fazer parte do discurso das sociedades com a implementação da Democracia liberal nos países europeus durante os séculos XVIII e XIX, que conferia direitos cívicos e políticos aos indivíduos, ainda que a igualdade e a liberdade estivessem muito distantes de ser o que são hoje. Para Viegas e Dias (2000:3), o novo conceito de Cidadania assenta na ideia de « (...) colocar o cidadão como agente participante e responsável do processo, quer como beneficiário da proteção social, quer como interventor nos mecanismos instituídos.» Os autores sustentam que esta nova aceção de Cidadania comporta não só os princípios originários de responsabilidade e participação cívica e política, como agora engloba direitos do domínio económico, social e também cultural.

De acordo com Puhle (in Viegas et al., 2000:26), o conceito moderno de cidadania está intimamente relacionado com «(...)a construção do Estado, com a construção da nação e com a democratização.» Segundo o autor (in Viegas et al., 2000:29), as garantias da cidadania são o pilar essencial para o funcionamento da democracia, sendo igualmente uma condição básica para a inserção em redes e na sociedade civil. Para Belchior (2010:61), «A vivência da cidadania no sentido pós-moderno reconhece aos cidadãos um potencial de intervenção política inédito, em que assentam as teorias da democracia participativa.»

Na opinião de Barreiros (2010:16), a cidadania assegura aos indivíduos o princípio de participação e soberania popular, «(...) num quadro de direitos e deveres constitutivos da condição de cidadão como sujeito político.» A cidadania (Idem) está ainda interligada à identidade, pertença, ligação, atividades, participação, e modos de relação que o indivíduo tem face à sociedade e à política. Um cidadão ativo tenderá a participar mais nos problemas e injustiças sociais respeitantes à sua comunidade ou sociedade.

Macedo (2005, cit. por Braga e Lopes, 2009:1945), refere que «Ser cidadão passa não só por “cumprir regras”, mas sobretudo, por participar de forma ativa, com vista a transformar os contextos sociais dentro da pluralidade.»

Ser cidadão e exercer uma plena cidadania não corresponde apenas a ter acesso a um quadro de direitos e mecanismos mais convencionais de participação no sistema político. Exercer a cidadania implica intervir na vida pública, atuar a nível individual e coletivo, sendo que toda essa ação poderá reverter-se nas próprias dinâmicas informais e

instituições da sociedade civil, que poderão ser incorporadas e representadas politicamente pelas democracias (Oliveira et al.,2004:82).

## **1.2. O contributo da Internet para uma Cidadania mais participativa e democrática**

As redes virtuais podem capacitar a Cidadania, na medida em que:

Possuem características que em muito podem contribuir para o desenvolvimento das práticas democráticas, tais como: interatividade - pode haver comunicação com reciprocidade entre muitos utilizadores; rede global- a comunicação deixa de estar agrilhoadada pelas fronteiras dos estados-nação; liberdade de expressão- é possível expressar opiniões sem as limitações da censura estatal; liberdade de associação- é possível aderir a comunidades virtuais sem interesses comuns; construção e disseminação de informação- é possível produzir e partilhar informação que não esteja sujeita a revisão ou sanção oficial; desafio às perspetivas profissionais e oficiais - a informação estatal e profissional pode ser desafiada; colapso da identidade dos estados-nação-utilizadores podem adotar identidades locais e globais. (Hague e Loader (1999:6; cit. Oliveira et al., 2004:96-97).

A Internet promove e medeia a participação política dos indivíduos (Oliveira et al., 2004-95).

Os jovens e os indivíduos comuns têm cada vez mais um maior acesso às novas tecnologias. Com efeito, esta acessibilidade pode promover a educação, autoexpressão democrática, e o progresso social (Kellner e Share, 2007:17).

A Internet e as suas plataformas, entre as quais o Facebook e outras redes digitais, permitem aos utilizadores apoiar causas, instituições, pessoas, criando e possibilitando aos seus membros a possibilidade de discutirem e debaterem assuntos em fóruns (Cardoso e Lamy, 2011:80). As redes virtuais podem revelar-se essenciais no que refere a grupos que estão socialmente, económica e politicamente excluídos, podendo avigorar as minorias, e angariar meios e redes para partilhar os seus fins (Cardoso e Lamy, 2011:82).

Os cidadãos e as instituições estão a desenvolver novas formas de Participação através das novas tecnologias. «Ainda assim ter acesso à Internet ou a outras tecnologias participativas não transforma os indivíduos em cidadãos.» (Pinto e Sousa, 2011:9)

## **1.3. A Participação como fundamento da democracia**

O conceito de Participação política:

associa-se à ideia de direitos entendidos como recursos políticos que o cidadão dispõe para actuar no sistema político, pelo que quaisquer que sejam os modos de expressão da ação política, a tendência é para que reconhecer aos indivíduos e às instituições uma posição ativa e interessada nos destinos do Estado, de forma a contribuir para a realização dos fins públicos (Meirinho, 2010:67, cit. por Abreu, 2013:11).

Para Barreiros (2012:17), «A participação política é o garante da democracia representativa. A diminuição da Participação, neste caso da participação eleitoral, tem consequências evidentes em qualquer projeto de democracia representativa.» A participação dos cidadãos permite construir identidades, estabelecer ligações sociais e motivar à intervenção dos cidadãos, tendo como objetivo fulcral encontrar soluções para os problemas comuns partilhados pela mesma esfera pública, conduzindo deste modo os cidadãos a agir como sujeitos políticos e a criarem redes de partilha, crítica, manifestação, debate e deliberação coletiva, do escrutínio e da reivindicação junto dos poderes e seus responsáveis (Idem).

A Participação social e política<sup>5</sup> é um valor fundamental que deve exercer um impacto na qualidade de vida dos indivíduos. Espera-se que a participação sendo um direito e dever dos cidadãos possa desenvolver as sociedades (2011:9).

Na perspetiva defendida por Braga e Lopes (2009:1946), uma cultura baseada na Participação cívica e política dos indivíduos, em que os indivíduos valorizam a criação e partilha do conhecimento entre membros mais e outros menos experientes, em que cada um tem um papel de liderança informal, em que cada um acredita e se sente ligado socialmente, acreditando em si e no seu potencial contributivo, preocupando-se na opinião dos outros face aquilo que o sujeito criou, poderá potenciar, de acordo com as autoras, o compromisso cívico, condição indispensável para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. Os indivíduos devem ter plena consciência dos seus direitos e seus deveres enquanto membros e sujeitos sociais de um determinado contexto social e político (Morgado, 2009:113).

Há um fosso e uma crescente insatisfação dos portugueses relativamente ao funcionamento da Democracia que se reflete num maior distanciamento entre o eleitorado e os eleitos. É necessário reconciliar os portugueses com a política (Freire, 2014:92).

A satisfação com o funcionamento da democracia atingiu, em 2008, o ponto mais baixo desde 1985 (cerca de 30 por cento) e está abaixo da média dos cerca de 30 países usados como comparação. O sentimento de distância dos eleitores face aos representantes revelou-se também muito elevado e acima da média dos 30 países. Não é de crer que a situação tenha mudado muito desde 2008 (Freire, 2014:92).

---

<sup>5</sup> «Communication and citizenship – Rethinking crisis and changes», editores. Manuel Pinto e Helena Sousa, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho – Portugal, 2011.

A Democracia depende sobretudo da Participação cívica, conceito este que tem sido moldado e desafiado pelas dinâmicas de interação social. O que se tem confirmado é que os cidadãos participam em menor escala nos mecanismos formais democráticos, entre os quais as eleições, revelando um afastamento. Putnam (1995, cit. por Sousa et., al, 2013:6) aponta para um declínio da confiança nas instituições sociais amplamente associado a um declínio do capital social, termo este que engloba as redes sociais, as normas de confiança e reciprocidade que são o âmago da democracia e das sociedades.

#### **1.4. O potencial da Web na construção de uma sociedade mais democrática**

Para Castells (2013:228), os movimentos sociais que são hoje fenómeno na Internet e nas redes virtuais, «têm sido politicamente influentes de várias maneiras, particularmente em contribuir para definir agendas políticas». Assim, podem revelar-se fundamentais na medida em que se assumem como um veículo de manifestação da vontade dos cidadãos ou quando representam a voz dos vários cidadãos, dando a conhecer os problemas que afetam determinado país ou determinada comunidade ou denunciando a prática da democracia tal como ela é feita hoje. Segundo Castells (2013:229), a influência mais positiva do movimento na política pode acontecer indiretamente, através da assunção de alguns temas e reivindicações do movimento por parte de alguns partidos políticos ou líderes, especialmente quando estes temas atingem grande popularidade entre os grandes sectores de cidadãos. Há quem já veja na Internet não só uma tecnologia de informação, mas mais que isso uma tecnologia social, uma vez que parece estar a criar novas dimensões de relação social e até novas formas de organização social. Os movimentos sociais que têm surgido na Internet, nomeadamente o M12 de Março, em Portugal, em 2011, o qual reuniu mais de 500 mil pessoas, em todo o país e estrangeiro, e a nível transnacional a «Primavera Árabe», são movimentos que sem as redes virtuais muito possivelmente não teriam ganho tanta projeção e visibilidade, reunindo tantos indivíduos, sendo que são dos exemplos mais proeminentes do possante papel de mobilização que a Internet pode facilitar para os indivíduos no ativismo social e político.

Entre o potencial e as virtualidades atribuídas às novas tecnologias eletrónicas está a possibilidade de revitalizar e melhorar as funções parlamentares dos deputados. Por conseguinte, há diversos tipos de participação cívica através das TIC, entre os cidadãos e o parlamento, bem como os deputados que adotam as novas tecnologias nas suas rotinas e funções parlamentares (Cunha e Seiceira, 2009:91-92, in Freire e Viegas). Há quem defenda que:

o potencial dos novos media de regenerar a política democrática foi desde cedo defendido pelos entusiastas da democracia digital durante a primeira vaga de “revolução” da Internet (Loader,1997; Hague e Loader, 1999). A adopção de uma rede de comunicações global, flexível parece oferecer a esperança de uma esfera pública habermassiana a qual foi aberta a todo o mundo para a partilha de informação, envolvimento na deliberação política e desafiar a autoridade do Estado (Barlow, 1996 a, 1996 b, cit. por Loader, 2007:11).

Para Cardoso (2003:146), a Internet e o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação parecem ser fundamentais na construção de sociedades mais democráticas visto que a Internet permite unir diversas vozes o que, por conseguinte, resulta numa integração democrática dos diversos cidadãos e na formação de opinião pública. Para Cardoso (idem), os grupos de cidadãos que melhor podem fazer uso da Internet e das suas diversas potencialidades ou virtualidades serão os cidadãos que assumam concomitantemente o papel de consumidor e produtor de informação. É necessário que os cidadãos saibam reconhecer a diversidade que Internet oferece e que tenham ao mesmo tempo ferramentas para lidar com esta.

Enquanto espaço de socialização e interação, a Internet tem permitido aos indivíduos a oportunidade de se envolverem em decisões importantes a nível local, nacional e internacional. Com efeito, a *web* permite encontrar outros indivíduos com características semelhantes, os quais podem partilhar os mesmos tipos de interesses ou formas de estar (Livingstone e Haddon, 2009:1). Coleman e Blumler (2009:170) propõem e defendem a criação de um ciberespaço cívico online comum a todos os cidadãos, ao qual todos possam ter acesso. Deste modo, a criação deste tipo de estrutura estável poderá beneficiar todos os cidadãos para que as suas vozes sejam ouvidas de forma mais significativa, o que, por conseguinte, poderá conectá-los às próprias atividades das instituições democráticas (Idem).

Na ótica de Athique (2013:197), os *media* digitais tiveram evidentes repercussões que resultaram numa transformação social, assumindo-se como plataformas ao serviço da comunicação de massas sob a forma de esfera pública e arena, disponível aos seus utilizadores, na troca de informação e comunicação.

A Internet e os *media* virtuais têm sido mesmo reconhecidos por potenciar o empenhamento político, sendo que podem ser utilizados por cidadãos de grupos minoritários para apoiar e difundir a sua cultura e manifestarem os seus direitos políticos (Millette, 2014:61). Para Papacharissi (2002: 20, cit. por Millette, 2014:62) uma das maiores potencialidades da Internet para a Democracia é que a mesma organiza e ao mesmo tempo promove esforços de resistência, conectando pessoas que estão excluídas da esfera

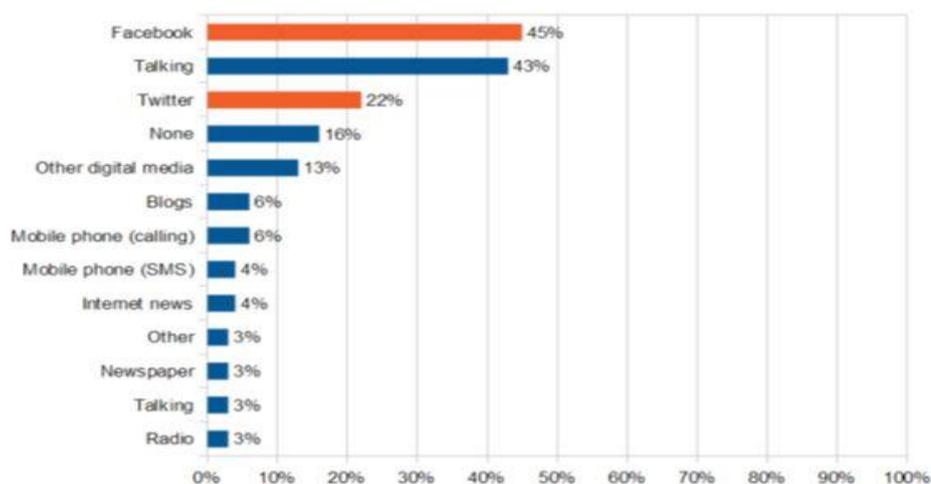
pública. Para os ciberoptimistas <sup>6</sup>, as novas tecnologias de informação e comunicação podem ser benéficas visto que têm a capacidade de “salvar” os indivíduos das suas tendências cívicas mais apáticas (Cardoso, 2003:165).

Benckler (2006:272, cit. por Fuchs, 2014:57) sublinha a emergência de uma esfera pública em rede: «A rede permite aos cidadãos mudar a sua relação com a esfera pública. Eles já não precisam de ser consumidores e espectadores passivos. Eles tornam-se criadores e sujeitos principais. É neste sentido que a Internet democratiza.» Deste modo,

A Internet e as diversas modalidades de informação, interação e discussão que permite podem constituir um impulso renovador da esfera pública e das instâncias mediadoras da ordem democrática. Por esse motivo o conceito da esfera pública tem sido revisitado em diversas pesquisas sobre os “*novos media*”, pois, supostamente, estes permitem ultrapassar bloqueios existentes através da diminuição da distância entre as pessoas e do alargamento do espaço de opinião (Carvalho e Casanova, 2010:092).

A observar pela figura 1.1. é interessante confirmar como no caso espanhol no Movimento social 15 de Maio 2011, o Facebook é o meio mais utilizado para propagar informação (45%). Com efeito, o mesmo pode reforçar a partilha de informação e o ativismo dos indivíduos, na medida em que permite que os mesmos possam criar e disseminar informação, em conjunto com os *media* tradicionais, contribuindo deste modo para a definição de agendas e conteúdos (2013:75, in Sousa e Pinto et al.,).

**Figura 1.1. Através de que meio disseminou o desenvolvimento do 15 de Maio?**



Fonte: Autores do gráfico: Santiago Giraldo Luque; Juan Francisco Martínez Cerdá, Maria Oralia Paredes Sánchez, Universidade Autônoma de Barcelona, «The 15M Movement. Collective and volatile actions in the political arena», 2013: 76, extraído da Revista Comunicação e Sociedade, vol.23, 2013, pp.69- 81.

<sup>6</sup> O Professor Gustavo Cardoso menciona o trabalho desenvolvido pela cientista política Pippa Norris sobre as teorias existentes entre a relação da Internet e democracia, trabalho no qual Norris desenvolve uma classificação de teorias relativamente à visão que diversos autores possuem sobre o papel da Internet.

### **1.5. Visão negativa dos efeitos da Internet na sociedade - Limitações e constrangimentos das TIC**

No que respeita à visão negativa sobre os efeitos da Internet é apontado o risco de domínio que esta pode exercer sobre os indivíduos. Esse domínio poderá manifestar-se através da criação e manipulação de opiniões, decisões e comportamentos (Lievrouw e Livingstone, 2002:51). Da mesma forma que há quem veja a Internet como um substituto da vida real, mesmo sendo uma ferramenta de troca de informação e de comunicação entre os indivíduos, na medida em que a Internet nega a distância física entre as pessoas e permite o anonimato (Lievrouw e Livingstone, 2002: 57).

Entre as críticas mais constantes às novas tecnologias há uma preocupação com o facto de reduzir a objetividade e o impacto dos «velhos» *media* (Symposium, 1995; Van Alstyne, 1995, cit. por Katz e Rice, 2002:105). Putnam e Turkle (1996, cit. por Katz e Rice, Idem) alertam para a ideia de a Internet poder estar a destruir os grupos de comunidades e associações voluntárias, necessárias para o processo democrático ser bem-sucedido. Carpini (1996) e Rash (1997) (cit. por Katz e Rice, Idem) temem que a Internet possa afastar os indivíduos dos processos tradicionais políticos. Para Darin (2000, cit. por Katz e Rice, Idem), a Internet pode servir de mote para as elites políticas que poderão manipular os indivíduos, sendo que na visão do autor as redes da Internet ao serviço da Democracia poderão ser os seus piores instrumentos. Shapiro e Leone (1999, cit. por Katz e Rice, 2002:106) defendem que a Internet da mesma forma que promove e potencia o discurso livre e aberto a todos os cidadãos, pode igualmente inibir o seu discurso.

A versão pessimista refere que a Internet poderá reforçar a comunicação política e até a participação democrática, mas não as alterará drasticamente. Deste modo, a Internet pode vincar mais ainda o fosso entre os indivíduos que já participam ativamente e os que são mais apáticos no interior da participação (Cardoso, Idem).

### **1.5. Os jovens, a política e a Internet**

Gibson et al., (2002, cit. por Loader, 2007:32) corroboram a ideia de que os jovens têm uma maior propensão em participar quer a nível político, assim como cívico e social, através dos novos meios virtuais do que utilizar os meios de participação mais convencionais. Por outro lado, mesmo que a Internet possa ser um instrumento que possa promover a participação ou despertar o interesse por questões políticas, cívicas e sociais, «(...)», ainda, não é a resposta para o envolvimento dos jovens, ainda que seja o suporte de desenvolvimento de competências e literacias necessárias para o envolvimento.» (Idem).

A nível global,<sup>7</sup> os jovens demonstram menos conhecimentos e um menor interesse pela política tradicional; porém, parecem evidenciar uma maior tendência para uma participação através de novos modos de envolvimento político. Deste modo, a Internet tem sido destacada enquanto instrumento a estas novas formas de participar ou para os jovens se envolverem com os assuntos públicos: os jovens com acesso a uma maior educação, parecem tirar mais oportunidades e estarem mais ativamente envolvidos neste fórum digital (Frenette e Vermette, 2013:15). No caso dos indivíduos que se interessem por causas políticas e sociais, as tecnologias de informação e comunicação matizam e favorecem a sua ação política (Abílio, 2006:208, cit. por Santos, 2012:40).

Por outro lado, apesar de a geração mais jovem ser de facto a que utiliza com maior ênfase a Internet e outras tecnologias em relação à geração mais velha, ainda assim «(...) há diferenças significantes em como e porquê os jovens usam estas novas tecnologias e em como efetivamente as utilizam (Helsper e Eynon, 2009, cit. por Cristina Ponte, 2012:54).»

Segundo um relatório divulgado pela *Education, Audiovisual and Culture Executive Agency* (EACEA), produzido para a Comissão Europeia sobre os jovens e a participação política, e a cidadania europeia, com base em entrevistas, focus groups e questionários, com jovens de 7 países europeus, se por um lado os jovens europeus apresentam baixos níveis de participação em debates públicos aos níveis local/regional, nacional e europeu, por outro parecem revelar uma maior tendência para expressar a sua opinião através da Internet e meios sociais de forma bastante pronunciada relativamente às gerações mais velhas.

Presentemente, os jovens têm uma propensão a escolher novas formas de manifestar a sua participação política. Estes novos modos de participação são expressados através da Internet.<sup>8</sup> Entre estas novas formas de demonstrar a sua opinião perante os assuntos públicos encontram-se movimentos, protestos, petições, boicotes, entre outros (2013:2). Por outro lado, os jovens têm uma tendência maior em optar por formas de participação e envolvimento mais informais, através de meios ou canais não institucionais (Harris, Wyn and Younes, 2010; Sloam, 2013, 2013:5).

Apesar de dados referentes ao ano de 2010, relativos ao European Social Survey apontarem para o facto de os jovens europeus votarem menos do que as gerações mais velhas - sendo que 61% dos jovens (22-29) afirma ter votado nas últimas eleições do seu país, contrariamente aos jovens acima dos 30 que não votaram (78,1%) - ainda assim este facto não significa que os jovens não participem mais na política, mas pode estar a dar-se uma transformação no que refere à deslocação dos jovens em direção a “novas” formas alternativas de participação política ou de se expressarem (2013:6).

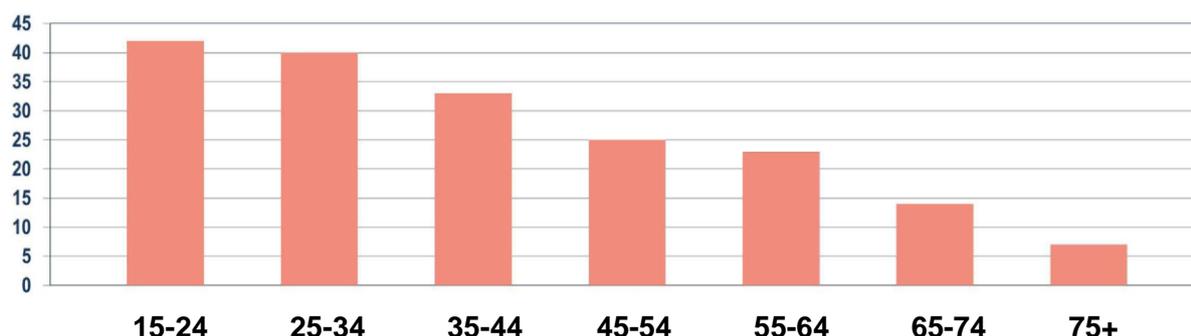
---

<sup>7</sup> Artigo da autoria de Micheline Frenette e Marie-France Vermette «Os jovens adultos e a esfera pública digital: uma perspectiva intercultural », *Comunicação e Sociedade*, vol.23, 2013, pp.14-35

<sup>8</sup> Refere-se ao relatório da Comissão Europeia, «Political participation, and EU Citizenship: Perceptions and Behaviours of Young People», produzido pela EACEA (Education, Audiovisual and Culture Executive Agency).

Na figura abaixo (figura 1.2.) é possível verificar que os jovens entre os 15-24 anos são o grupo de idades que mais se manifesta através dos novos media (Internet), com mais de 40%, seguida dos jovens entre 25-34 com 40%. No entanto, apesar de haver uma considerável utilização da Internet pelos mais jovens, apenas cerca de 8% dos jovens considera que participar em debates utilizando a Internet é um dos melhores meios para influenciar as medidas dos governos (2013:8).

**Figura 1.2. Proporção de indivíduos que expressaram a sua opinião/ponto de vista através da Internet ou *mídia* sociais nos últimos dois anos, por grupos de idade, média europeia, 2012**

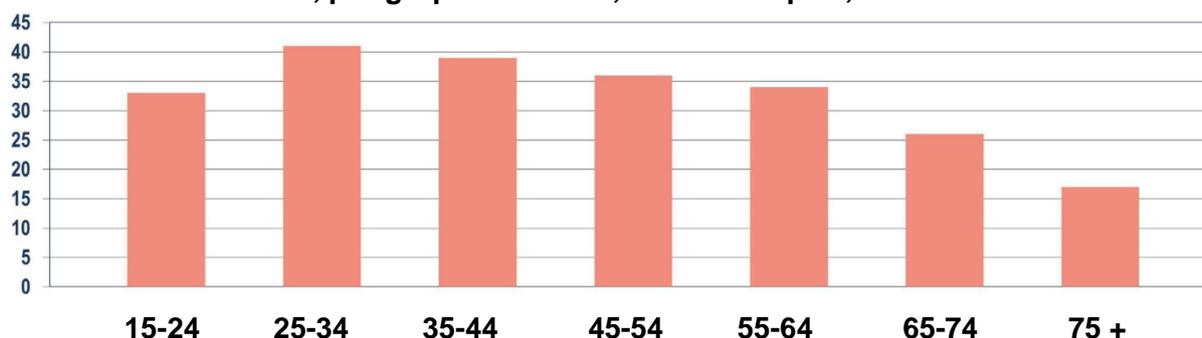


Fonte: Flash Eurobarometer 373, Figura retirada do Relatório produzido pela Agência Executiva da Cultura, audiovisual e Educação, «Political participation, and EU Citizenship: Perceptions and Behaviours of Young People», 2013:11

Nota: A questão colocada foi: fez alguma das seguintes nos últimos dois anos? (Expressar as sua visão/opinião em assuntos públicos na Internet ou em algum meio social?)

A figura 1.3. revela aqueles que os jovens que mais assinam petições quer *online* quer em papel, são aqueles entre os 25-34.

**Figura 1.3. Proporção de indivíduos que assinaram uma petição (em papel ou online) nos últimos dois anos, por grupos de idade, média europeia, 2012**



Fonte: Flash Eurobarómetro 373, Figura retirada do Relatório produzido pela Agência Executiva da Cultura, audiovisual e Educação, «Political participation, and EU Citizenship: Perceptions and Behaviours of Young People», 2013:12.

Nota: A questão foi: Fez alguma das seguintes nos últimos dois anos? Assinar uma petição (no papel ou online).

No que concerne os jovens e os novos *media*, e as novas formas de Participação e envolvimento:

O uso da *Internet* na promoção de manifestações políticas baseia-se principalmente em práticas descentralizadas através da construção de um espaço cooperativo que oferece informações vindas das mais variadas fontes que podem enriquecer as práticas colectivas. A imediaticidade e a interactividade das ferramentas deste meio tornam-nas particularmente úteis no processo de mobilização para ações políticas e sociais (Flávia Santos, 2010:384).

Para Santos (2010:384), a ideia de que os jovens são apáticos ou alienados face à Democracia, necessita de ser revista, uma vez que na opinião da mesma, novas dinâmicas alternativas de participar através destes novos meios sociais podem estar a surgir.

A *Internet* tem sido um dos meios de excelência na afirmação de vários projetos com características reflexivas e autónomas, principalmente também no âmbito sociopolítico mediante a relação entre mobilização e participação sociopolítica e uso da internet enquanto instrumento dessa mesma mobilização (idem).

No estudo realizado em Portugal intitulado «E-Generation 2008: Os usos dos *media* pelas crianças e jovens», foram analisadas entre outras, as representações que as crianças e os jovens têm face aos *media*, a sua capacitação de reflexão sobre as suas práticas relativamente aos mesmos, e o sentido que os jovens dão aos diferentes usos quotidianos dos *media* (2008:3). Com efeito, neste estudo é dado conta que os jovens utilizam os *media* sobretudo para exercitar a sua autonomia e enquanto espaços de socialização (2008:4). Por outro lado, há uma clara perceção de que os jovens utilizam cada vez mais cedo a *Internet*: em 2008, os jovens inquiridos referiram que a média de idade com que utilizaram a *Internet* pela primeira vez foi de 10 anos prevendo-se que a idade média com que os internautas comecem a utilizar a internet diminua. Atualmente com o crescente processo de individualização que se tem vindo a verificar e a privatização dos tempos livres, os jovens estão a conquistar novos domínios de liberdade, novas formas de se expressarem e de consumirem. Assim, os *media* são considerados como um meio de o público juvenil expressar a sua liberdade, autonomizar-se e criar identidades (2008:247).

Um estudo europeu<sup>9</sup> sobre os *media*, e envolvimento dos jovens (2013:6) revela que os mesmos têm cada vez mais interesse em estarem envolvidos e influenciarem de alguma maneira as decisões tomadas a nível europeu. Por outro lado, este estudo conclui que os

---

<sup>9</sup> Relatório realizado pela EAVI (European Association for Viewers Interests) e desenvolvido no contexto do programa “Europe for Citizens Programme” promovido pela Comissão Europeia. O estudo intitula-se «Media and Young Citizens’ Engagement in the EU» (2013).

jovens apesar de lerem muita informação que lhes chega através dos media sociais, nem sempre consideram este tipo de informação credível. De acordo com a investigação, há também uma tendência e preferência crescente por parte dos jovens em escolher novos tipos de participação política, sobretudo através da Internet, e em alterar as já existentes.

Os jovens que já são politicamente envolvidos no mundo *offline* tem claramente uma tendência maior em valorizar a Internet, nomeadamente aqueles envolvidos com novos movimentos políticos e outras dinâmicas cívicas e políticas irão utilizar a Internet como um recurso fundamental, em complemento com outros *media*, enquanto novo suporte de deslocação cívica e política (Loader, 2007:14). A vida dos jovens pode ser revitalizada através dos novos media sociais e internet, na medida em que:

A vida cívica desencadeada na Internet não apenas reforça o fortalecimento dos laços conectivos baseados em rede de amigos, mas também o reconhecimento de que os mais jovens podem ser atores sociais independentes, criando suas próprias narrativas políticas, suas escolhas, e projetando suas identidades num espaço coletivo (Bennett, 2008, p.3, cit. por Flávia Santos, 2012: 40).

#### **1.6. A Literacia e a sua importância na esfera social e política dos indivíduos.**

A Literacia é uma condição primordial a quem pretenda alcançar uma melhor posição na sociedade, uma melhor inserção socioprofissional, aceder à cultura e à informação, e agir autonomamente nas sociedades atuais. Aliás, os indivíduos com maiores competências, de acordo com Ávila, são os que leem regularmente jornais, revistas, livros, incluindo na internet. Os cidadãos com menores competências terão certamente uma maior propensão a não exercer plenamente a sua cidadania, estando assim mais afastados da cultura e da informação que lhes chega através da informação escrita, através de qualquer meio (Ávila, 2008a:308-309). A Literacia é uma ainda uma componente que impulsiona a cidadania e a participação política do cidadão na esfera pública, que segundo Habermas constitui a base da democracia (Lopes, 2011:3). Segundo Ávila (2008b:41, cit. por Lopes, 2011:3), a Literacia constitui-se como condição essencial para a reflexividade dos indivíduos, quer ao nível da captação da informação, aprendizagem, análise e conhecimento.

Para Millner (2002:1, cit. por Silva, 2008:17), a «literacia cívica» compreende «os conhecimentos e as capacidades de que os cidadãos dispõem para compreender o seu mundo político». Segundo Millner (Idem), para a literacia cívica ser fomentada é necessário o esforço e o empenho pessoal do indivíduo, muitas vezes através de requisitos externos ao sujeito. Millner refere ainda a importância deste tipo de literacia para a promoção de uma

participação eficaz e efetiva dos cidadãos. Para o autor (Idem) a literacia cívica pode ter «(...) efeitos cumulativos e geradores de benefícios que vão além de um aumento da participação política informada.»

Deste modo, uma participação política efetiva exige aos cidadãos um conjunto de competências de uma natureza variada, referidas enquanto constituintes de uma «literacia cívica», de acordo com Silva (2008:15). A Literacia cívica revela-se um requisito fundamental na medida em que a mesma prepara o indivíduo, capacitando-o a nível da interpretação crítica da informação que é veiculada através dos diferentes órgãos de comunicação social (Idem).

### **1.7. A Internet e a Literacia digital**

A Internet está a criar um novo tipo de Literacia entre os seus utilizadores. Para os novos meios digitais assumirem a sua função pedagógica, os indivíduos devem capacitados para a utilização da Internet. Neste sentido, Ramos (2013:10), refere que no que toca às literacias digitais não é só a questão do acesso à Internet que se assume decisiva, também a capacidade analítica e várias competências a esse nível são necessárias.

Para Loureiro e Rocha (2012:2728-2729), para se ser um literado digital são necessárias determinadas competências e isso passa, sobretudo, por saber como aceder a informação, saber recolhê-la nas redes digitais, ter sentido de gestão e organização da informação para saber utilizá-la futuramente, caso seja necessário; capacidade de avaliação; integrar; ter sentido de interpretação da informação, sabendo comparar a informação de várias fontes; o indivíduo deve igualmente ter a capacidade criativa de gerar conhecimento, aplicando novas formas de conhecimento. Apesar de serem exigidas competências a nível de literacia para o manuseamento da Internet, presentemente é possível confirmar através de dados apresentados pelo <sup>10</sup>Inquérito Sociedade em rede 2013 que a utilização da Internet tem aumentado significativamente nos últimos anos em Portugal assim como nos restantes países europeus. Deste modo,

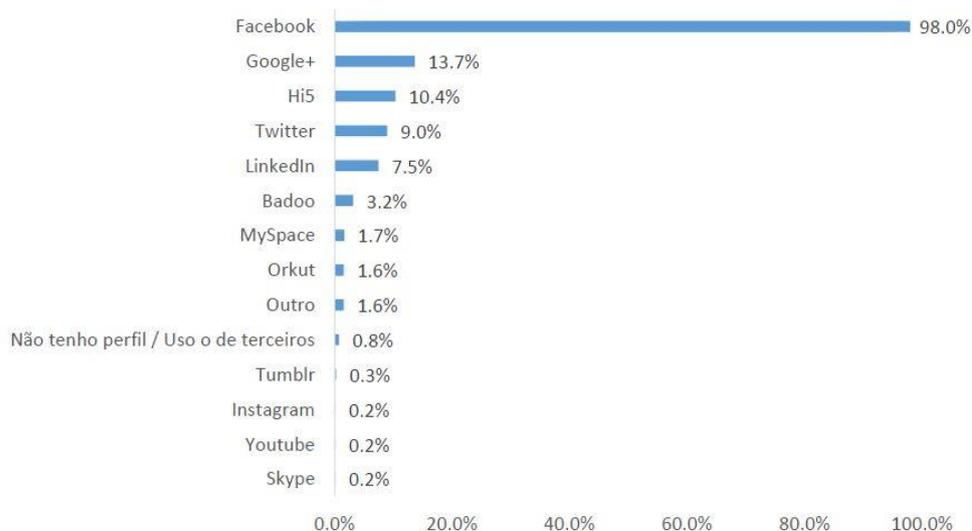
Num país cada vez mais “online”, a utilização de Internet tende cada vez mais a ultrapassar as barreiras demográficas, ditas “tradicionais”, que se impõem na utilização de novas tecnologias. Se diferenças entre perfis de literacia para os media são ainda uma variável importante na apropriação tecnológica, cada vez mais surgem recursos que procuram atrair novos públicos, mesmo que pouco literados em termos tecnológicos (Cardoso et al.,2014:8-9).

---

<sup>10</sup> Relatório «A Internet em Portugal- Sociedade em Rede 2014», autoria Gustavo Cardoso et al, publicação do Observatório da Comunicação. Dados relativos a Portugal em 2013 (Inquérito Sociedade em rede 2013).

Assim a julgar pela figura 1.4. é possível concluir que em Portugal há de facto uma grande adesão verificada às redes virtuais, sendo que o Facebook é a plataforma social mais utilizada em Portugal. Da leitura da figura verifica-se que o facebook exibe o maior peso de redes digitais usadas (98%). Com menor relevância salienta-se o Google+, Hi5, Twitter, LinkedIn com 13,7%, 10,4%, 9,0%, e 7,5% respetivamente.

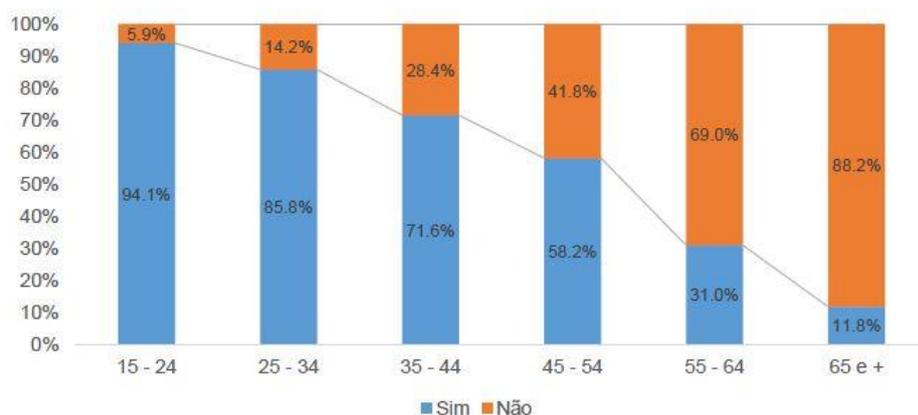
**Figura 1.4. As redes sociais com maiores perfis criados em Portugal, em 2013**



**Fonte: Observatório da Comunicação, Inquérito a Sociedade em Rede 2013 (n = 667), in 2014:16, «A Internet em Portugal – Sociedade em Rede 2014», autoria: Gustavo Cardoso et al.,**

Relativamente à leitura da figura 1.5. é possível concluir que quanto maior a idade dos indivíduos menor tende a ser a utilização da Internet. Os dados indicam igualmente que onde se verifica uma maior afluência de utilização é entre os jovens entre 15-24 anos (94,1%), pelo que se seguem os jovens entre os 25-34 anos com 85,8%.

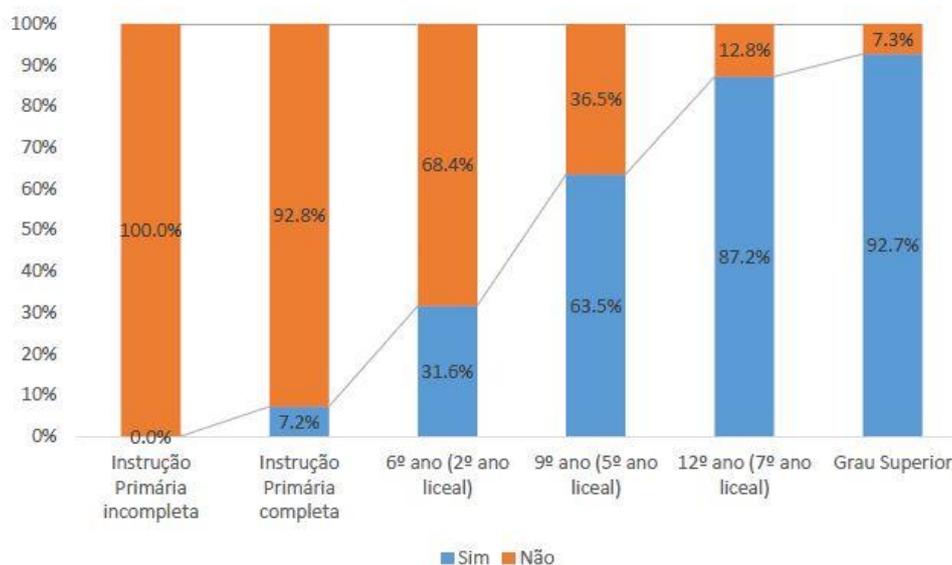
**Figura 1.5. Utilização da Internet, por escalão etário, em Portugal, em 2013**



Fonte: Observatório da Comunicação. Inquérito a Sociedade em Rede 2013 (n =1542), in 2014: 9, «A Internet em Portugal- Sociedade em Rede 2014, autoria: Gustavo Cardoso et al.,

Com base na análise da figura 1.6. verifica-se uma tendência muito sugestiva: quanto maior o grau de escolaridade (variável sociodemográfica) dos indivíduos maior a utilização da Internet, como demonstra o efeito em “escada” que revela.

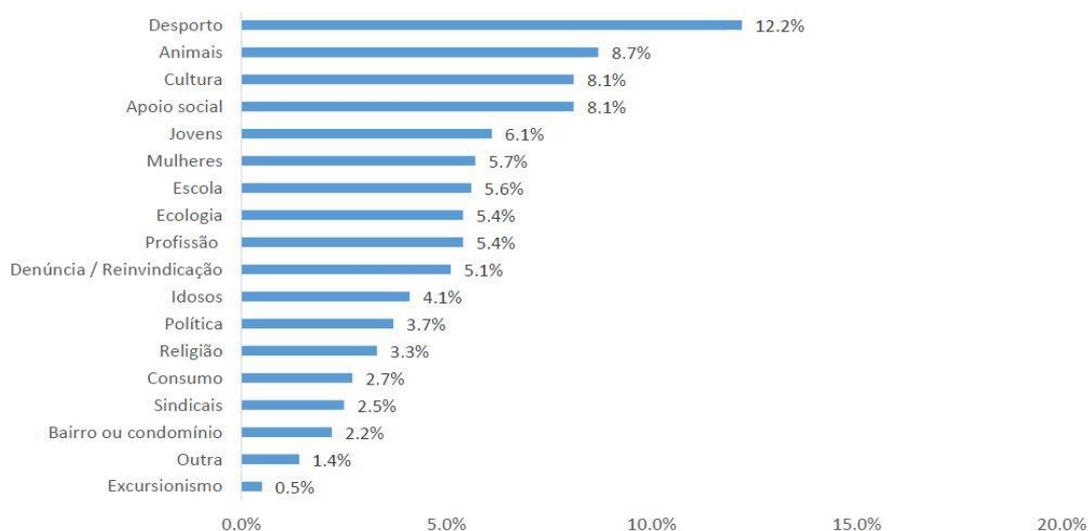
**Figura 1.6. Utilização da Internet, por grau de escolaridade, em Portugal, em 2013**



Fonte: Observatório da Comunicação. Inquérito a Sociedade em Rede 2013 (n =1542), in 2014:10, «A Internet em Portugal- Sociedade em Rede 2014, autoria: Gustavo Cardoso et al.,

No que concerne à figura 1.7., verificamos que as causas mais apoiadas pelos portugueses, em 2013 abordam questões de Desporto (12,2%), seguidas daquelas que versam os Animais (8,7%), seguindo-se a Cultura (8,1%) e o Apoio Social (8,1%). Relativamente à Política e aos Sindicatos as percentagens são baixas. Neste sentido no apoio a causas ligadas a política só 3,7% dos indivíduos apoiam esta categoria, assim como as sindicais mobilizaram apenas 2,5% dos cidadãos.

**Figura 1.7. – Apoio a causas nas redes sociais, em Portugal, em 2013**



**Fonte: Observatório da Comunicação. Inquérito a Sociedade em Rede 2013 (n=667), in 2014: 20, «A Internet em Portugal- Sociedade em Rede 2014, autoria: Gustavo Cardoso et al.,»**

Relativamente à utilização da Internet para um maior envolvimento social, cívico e político dos indivíduos, Kellner (2007:3) explica que as mudanças que têm ocorrido a nível da tecnologia, dos *media*, e da sociedade exigem que se desenvolva uma literacia crítica dos *media* de modo a conferir a jovens estudantes e a cidadãos a capacidade de ler as mensagens que os *media* transmitem e de produzir conteúdos ilustrando uma predisposição a serem mais participativos nas sociedades democráticas.

Ramos (2013: 9-10) enfatiza que é necessária uma clara perceção de cada indivíduo sobre as literacias digitais na utilização destes novos meios, sendo que há ainda uma grande clivagem digital em Portugal. De acordo com Katz e Rice (2002:111), «Estudos recentes demonstram que os utilizadores da Internet não são necessariamente isolados sociais, desconhecedores dos assuntos cívicos e políticos.»

Segundo o inquérito «Sociedade em rede 2014 - A Internet em Portugal» (2014:4), realizado pelo Observatório da Comunicação, é interessante confirmar que relativamente à utilização da Internet em 2013, em Portugal há um equilíbrio na utilização por género, sendo que 51,0% de utilizadores são do género masculino e 49,0% do género feminino. Porém, no que concerne à idade a taxa de utilização decresce significativamente com o aumento da primeira. Em paralelo, a taxa de utilização da Internet aumenta com a subida do grau de escolaridade. Assim, é possível inferir que os níveis de literacia, a idade e o grau de escolaridade são determinantes e se refletem no acesso às novas tecnologias e ao uso maneado das mesmas.



## CAPÍTULO II – DESENHO METODOLÓGICO

### 2.1. Notas metodológicas

A presente dissertação tem como objeto de estudo o papel e o uso das redes virtuais, sendo que a pergunta de partida é se o Facebook está a criar um maior envolvimento político e cívico entre os jovens, pronunciando-se enquanto mecanismo, suporte e espaço de mobilização dos jovens e adultos jovens na ação política. Com efeito, pretende-se explorar as seguintes hipóteses:

Hipótese 1- Existe uma relação direta entre o grau de escolaridade e a melhor mobilização política, social e cívica, na medida há uma tendência para que os mais escolarizados sejam os que mais participam em ações de natureza política e cívica. Relativamente à hipótese 1 refere-se a três hipóteses, visto que a mobilização política, social e cívica podem ser entendidas como fenómenos distintos embora eventualmente relacionados entre si.

Hipótese 2- Existe uma relação positiva do grau de literacia com o maior uso das redes virtuais para fins políticos, na medida em que tendencialmente indivíduos mais capacitados a nível de literacia têm uma maior propensão a utilizar melhor a Internet.

Para a explicação da hipótese 1 foram escolhidas as seguintes variáveis:

- Escolaridade
- Costuma votar
- Filiação/Simpatia partidária.
- Pertença a algum movimento político, associação ou sindicato;
- Se tem por costume discutir assuntos de carácter político, económico ou social através das redes virtuais.

Para a explicação da hipótese 2 escolheram-se as seguintes variáveis:

- Escolaridade
- Pertença a algum movimento político, associação ou sindicato
- Literacia mediática
- Se tem por costume discutir assuntos de carácter político, económico ou social através das redes virtuais
- Se costuma votar
- Se a Internet e as redes virtuais alteraram a sua prática de envolvimento cívico e político
- Se já participou em algum tipo de movimento contra o sistema político, através da Internet (Facebook, blogues, e outros)

- Considera o Facebook um veículo significativo de partilha e recolha de informação
- Discute política em casa
- Se já participou em petições *online* ou partilha de informação
- Se já participou em manifestações

Para a concretização do estudo, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas a alguns jovens politicamente envolvidos e ativos e jovens com menor interesse, envolvimento, ativismo político, social e cívico. Realizaram-se 11 entrevistas, a jovens entre os 19 e 41 anos. Também se fez uma análise documental anterior aos resultados do estudo para sustentar o mesmo. Este estudo visa apurar a opinião e a perceção que os jovens têm sobre as redes sociais no seu envolvimento cívico e político. Escolhi jovens envolvidos com política nas formas convencionais para conseguir compreender se as novas tecnologias os estavam a deslocar para um novo tipo de participação através da Internet e escolhi jovens não envolvidos com política uma vez que pretendi entender qual o papel que a internet pode exercer na vida dos indivíduos mesmo não sendo os mesmos envolvidos com política. Algumas dos indivíduos entrevistados são alunos de mestrado no ISCTE-IUL, sendo que os jovens envolvidos com política (caso de Hugo, André e Rafael) foram encontrados através do Facebook na página «Jovens e Política», uma comunidade de jovens portugueses pertencentes a algumas filiações e juventudes partidárias), os restantes entrevistados foram pessoas que já conhecia que tive oportunidade de entrevistar.

Entre algumas das entrevistas-chave realizadas para exploração do tema estão dois jovens elementos pertencentes ao movimento 12 de Março 2011 (João Labrincha e Raquel Freire), mais celebrenemente conhecido como movimento «Geração à Rasca», sendo que tive oportunidade de conseguir chegar a estes dois membros através do Facebook, onde fiz uma pesquisa dos seus nomes e consegui entrar em contato para os entrevistar.

João Labrincha, tem 31 anos, é residente em Lisboa, e foi o criador e impulsionador do movimento apartidário que reuniu mais de 500 mil pessoas em Lisboa. Raquel Freire, 41 anos, cineasta, escritora e realizadora de filmes, a qual sempre teve uma forte socialização política, que vem desde trás. A escolha deste perfil de entrevistados assenta no facto ilustrarem alguns movimentos do tipo político ou apartidário que têm como principal meio potenciador de mobilização as redes virtuais. Com a realização destas entrevistas a estes dois jovens portugueses envolvidos em ações de manifestação pretende-se analisar se este tipo de movimentos sociais, gerados essencialmente através da Internet, está a potenciar a participação democrática e se indivíduos nunca antes envolvidos com política, sem interesse pela mesma e pelos assuntos que a circundam, estão a tornar-se mais ativos em termos do seu envolvimento.

Para a concretização do trabalho foram conduzidas análises qualitativas (análise de conteúdo) e análises quantitativas. Com efeito, foi construída uma matriz de análise do conteúdo das entrevistas. Nas análises quantitativas recorreu-se ao cálculo de frequências absolutas e relativas (%) para as variáveis qualitativas categóricas dicotómicas. As variáveis apresentavam múltiplas categorias, decorrentes do facto de algumas questões serem do tipo aberto, não apresentando opções de resposta pré-definidas.

Em termos de estatística descritiva foram calculadas medidas de tendência central (média e mediana) e de dispersão (desvio-padrão) para a variável idade (apresentada na sua forma original como variável quantitativa). Por outro lado recorreu-se à inferência estatística, através da utilização do teste exato de Fisher para analisar a inexistência de associação entre algumas variáveis qualitativas dicotómicas, e no caso em que foi detetada associação significativa utilizou-se a análise de resíduos. Recorreu-se igualmente ao excel e ao programa SPSS (versão 22) para efetuar as análises estatísticas.

**Quadro 2.1. Caracterização dos entrevistados com base no sexo, idade, grau de escolaridade e envolvimento político.**

<b>Nome</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Grau de escolaridade</b>	<b>Envolvimento Político</b>
<b>Hugo</b>	<b>Masculino</b>	<b>30</b>	<b>Superior</b>	<b>Sim (PS)</b>
<b>André</b>	<b>Masculino</b>	<b>25</b>	<b>Superior</b>	<b>Sim (PS)</b>
<b>Luana</b>	<b>Feminino</b>	<b>19</b>	<b>Básico/Sec.</b>	<b>Não</b>
<b>Rui</b>	<b>Masculino</b>	<b>36</b>	<b>Superior</b>	<b>Sim (Presidente de uma associação cívica de cariz ambiental).</b>
<b>Rafael</b>	<b>Masculino</b>	<b>24</b>	<b>Básico/Sec.</b>	<b>Sim (CDS-PP)</b>
<b>Carlota</b>	<b>Feminino</b>	<b>23</b>	<b>Superior</b>	<b>Não</b>
<b>Diana</b>	<b>Feminino</b>	<b>23</b>	<b>Básico</b>	<b>Não</b>
<b>Raquel</b>	<b>Feminino</b>	<b>41</b>	<b>Superior</b>	<b>Sim (M12 de Março de 2011)</b>
<b>João</b>	<b>Masculino</b>	<b>31</b>	<b>Superior</b>	<b>Sim (M12 de</b>

				Março de 2011)
Nadza	Feminino	23	Superior	Não
Francisco	Masculino	24	Básico/Sec.	Não

## Quadro 2.2. Perfil dos entrevistados

<p>Entrevistado 1- Hugo Almeida, 30 anos. Nasceu em Peso da Régua e licenciou-se em Engenharia Eletrónica. Atualmente reside em Londres onde está a trabalhar. É um jovem muito ativo politicamente e é filiado no partido Socialista de Peso da Régua. Este jovem já criou até uma página no Facebook relacionada com os jovens e a política, página esta que apela à participação, discussão e manifestação de Cidadania dos jovens portugueses. É um jovem com muito interesse pelas questões políticas, acompanhando diariamente as notícias e informação provenientes de todos os meios que envolvam sobretudo este domínio.</p>
<p>Entrevistado 2- André Costa, 25 anos. Nasceu em Asnières Sur Seine, França, é Licenciado em Relações Internacionais, com um Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica. Atualmente reside em Peso da Régua. É um jovem muito envolvido com política. É filiado no Partido Socialista de Peso da Régua e acompanha diariamente toda a informação que veicula nos diversos <i>media</i>.</p>
<p>Entrevistado 3- Luana Tavares, 19 anos. Nasceu em Cabo Verde, reside na Apelação, Loures, tem o 12ºano completo e frequentou a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa. Atualmente trabalha num bar em Lisboa. Tem por hábito ler jornais e consultar informação na web, e ver as notícias na televisão, mas não é uma jovem ativa politicamente, e não tem interesse pela política, preferindo abster-se de ter uma opinião formulada acerca das instituições políticas e a forma como a política é dirigida em Portugal. No entanto, simpatiza com os ideais de Esquerda.</p>
<p>Entrevistado 4- Rui Amiguinho, 36 anos. Nasceu em Lisboa. Atualmente vive em Loures e é Professor do ensino secundário. Rui é muito ativo politicamente e já foi sindicalizado. Atualmente é Presidente e Co-Fundador de uma associação cívica de cariz ambiental. Pretende formar um Partido político. É uma pessoa que gosta de ler muito e de avaliar a informação que lhe chega através dos diversos <i>media</i>. Gosta de ter uma opinião própria sobre os assuntos, assumindo mesmo uma postura muito crítica e consciente em relação ao que considera disfuncional na sociedade. Já participou em diversas manifestações tendo inclusivamente organizado algumas delas.</p>

**Entrevistado 5- Rafael Martins, 24 anos. Nasceu no Porto e vive em Murça, município pertencente ao distrito de Vila Real. Completou o Curso Técnico Agrícola nível 4. É um jovem muito ativo politicamente, sendo filiado no CDS-PP, indo frequentemente a jornadas do mesmo. Gosta de se informar diariamente e fazer pesquisas extra sobre a informação que visualiza.**

**Entrevistado 6- Carlota Veiga, 24 anos. Nasceu em Viseu e hoje em dia vive em Lisboa. Neste momento encontra-se a terminar o seu Mestrado em Ciência Política no ISCTE-IUL. É simpatizante do partido social democrata, apesar de não estar envolvida ativamente com política, interessa-se por estar a par de tudo o que decorre relativamente à sociedade e à política. Tem por hábito visualizar notícias sobretudo na imprensa escrita e telejornais.**

**Entrevistado 7- Diana Oliveira, 23 anos. Nasceu em Lisboa e reside em Mem Martins. Atualmente encontra-se a trabalhar num bar em Lisboa. Frequentou o Chapatô tendo acabado por desistir e tendo iniciado um curso profissional de mesa que não chegou a concluir. Não é envolvida politicamente, no entanto simpatiza com alguns ideais de Esquerda. Não tem muito interesse pela informação decorrente dos vários órgãos de comunicação social. Diz preferir ter as suas próprias ideias.**

**Entrevistado 8 – Raquel Freire, 41 anos. Nasceu no Porto. Vive em Lisboa. É cineasta e ativista política. É licenciada em Direito. Fez parte do movimento 12 de Março de 2011. Cresceu numa família que esteve sempre ligada à política. Sendo uma ativista política todos os dias lê informação proveniente dos diferentes órgãos de comunicação social.**

**Entrevistado 9 – João Labrincha, 31 anos. Nasceu em Aveiro. Presentemente vive em Lisboa. Foi o grande criador e impulsionador do movimento 12 de Março de 2011. É Licenciado em Relações Internacionais. Sendo um Ativista político todos os dias lê muita informação sobretudo a nível online (jornais online e Facebook).**

**Entrevistado 10- Nadza Ceita, 23 anos. Nasceu em S.Tomé, mas cedo veio viver para Lisboa. Nadza não é envolvida com política, mas em termos ideológicos tem preferência pela Esquerda política. É licenciada em estudos africanos, e neste momento está a frequentar o Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação no iscte-iul. Gosta de se manter atualizada sobre os assuntos, lendo pelo menos uma vez por dia notícias na Internet sobre política.**

**Entrevistado 11- Francisco Bonito, 24 anos. Nasceu em Lisboa e vive em Lisboa. Tem o 12ºano completo. É tratador de pequenos primatas no Jardim Zoológico de Lisboa. Não é envolvido com política, não tendo nenhuma simpatia partidária. Costuma ler notícias nos jornais escritos e na web.**

## CAPÍTULO III- JOVENS E POLÍTICA - 11 CASOS

### 3.1. Apresentação do estudo

Conforme se observa pelo quadro 3.1. este estudo envolveu 11 participantes, seis do sexo masculino (54,5%) e cinco do sexo feminino (45,5%). As idades variaram entre os 19 e 41 anos, sendo em média de 27 anos (DP=6,6) e metade dos entrevistados possuía até 24 anos (inclusive) (Me=24). Agrupando os participantes em dois escalões etários: até 25 anos e 25 ou mais anos, verifica-se que 54,5% se situam no primeiro escalão (Fi=6) e os restantes 45,5% no segundo (Fi=5).

Em termos do nível de escolaridade destes participantes, um possuía o 9.º ano (9,1%), três o 12.º (27,3%) e sete detinham Licenciatura (63,6%).

Metade dos que indicaram o local de residência moravam em Lisboa, quatro residiam em outras localidades do país (Murça, Peso da Régua e Loures) e um entrevistado residia fora do país (em Londres).

Observa-se relativamente à escolaridade/profissão dos pais destes participantes que em 50% dos casos os pais (ou um dos pais) possuíam habilitações de nível superior, desempenhando profissão qualificada (ex: Docente, Engenheiro). Para os restantes participantes os pais não haviam atingido nível habilitacional superior, desempenhando profissões que não requerem tal nível (ex: Mecânico, Administrativa, Agricultor, Idem).

#### Quadro 3.1. Caracterização sociodemográfica

		Fi	%
<b>Sexo (n=11)</b>	Homem	6	54,5
	Mulher	5	45,5
<b>Residência atual (n=10)</b>	Lisboa	5	50,0
	Outra localidade ( <i>Loures, Murça, Peso da Régua</i> )	4	40,0
	Estrangeiro ( <i>Londres</i> )	1	10,0
<b>Escolaridade/ Profissão dos pais (n=10)</b>	Ensino superior/Trabalhadores qualificados	5	50,0
	Sem Ensino superior/Trabalhadores menos qualificados	5	50,0
<b>Escolaridade (n=11)</b>	9º ano	1	9,1
	12º ano	3	27,3
	Licenciatura	7	63,6
<b>Idade (n=11)</b>	Até 25 anos	6	54,5
	25 ou mais anos	5	45,5
	<b>Mín-Máx:</b> 19-41		
	<b>Me</b> <sup>11</sup> : 24		
	<b>M (DP)</b> <sup>12</sup> : 27,2 (6,6)		

<sup>11</sup> Mediana (valor até ao qual temos metade da amostra).

<sup>12</sup> Média (Desvio-padrão).

Através do quadro 3.2. observa-se que a maioria dos entrevistados possuía simpatia partidária pela “esquerda” (77,8%), se considerava de “esquerda” (80%) e referiu votar habitualmente (72,7%).

Entre os onze participantes no estudo, seis referiram participar em manifestações (54,5%), quase todos indicaram discutir política em casa (90,9%) e quase todos, também com a exceção de um participante, avaliavam negativamente as instituições políticas (90,9%).

No âmbito da Literacia mediática (se costuma ler jornais ou usar a Internet para consulta de informação política), um dos participantes referiu não ler ou consultar informação neste domínio e, entre os restantes que afirmaram fazê-lo, metade referiu que utiliza os três meios (jornais escritos, telejornal e *online*) e a outra metade indicou recorrer a apenas um ou dois destes meios. A Literacia mediática é uma condição de desenvolvimento da literacia (o acesso e o consumo dos meios), e não um garante da sua existência. É necessário destacar neste contexto que o fato de ter acesso aos *media* não garante a Literacia mediática. É necessário que os indivíduos tenham sentido crítico sobre a informação a que têm acesso e que saibam consultar essa informação, podendo criar e difundir conteúdos.

Acrescenta-se ainda que oito participantes declararam recorrer a jornais online (em concomitância ou não com a leitura de jornais ou visualização de telejornais) (80%).

### Quadro 3.2. Posicionamento partidário, comportamentos políticos e avaliação das instituições políticas

		Fi	%
<b>Simpatia partidária (n=9)</b>	Esquerda	7	77,8
	Direita	2	22,2
<b>Considera-se uma pessoa mais de esquerda ou direita (n=10)</b>	Esquerda	8	80,0
	Direita	2	20,0
<b>Costuma votar (n=11)</b>	Não	3	27,3
	Sim	8	72,7
<b>Pertença a algum movimento político, associação ou sindicato (n=11)</b>	Não	5	45,5
	Sim	6	54,5
<b>Participação em manifestações (n=11)</b>	Não	5	45,5
	Sim	6	54,5
<b>Discute política em casa (n=11)</b>	Não	1	9,1
	Sim	10	90,9

<b>Avaliação pessoal das instituições políticas (n=11)</b>	Negativa	<b>10</b>	<b>90,9</b>
	Positiva	<b>1</b>	<b>9,1</b>
<b>Literacia mediática<sup>13 14</sup> (n=10)</b>	3 meios (jornais, telejornais e <i>online</i> )	<b>5</b>	<b>50,0</b>
	Apenas 1 ou 2 destes meios	<b>5</b>	<b>50,0</b>

Relativamente à utilização da Internet e redes virtuais, e sua relação com o envolvimento político, quase três quartos dos entrevistados considerava que estes recursos alteraram a sua prática ou envolvimento cívico e político (72,7%) (quadro 3.3).

Mais de metade destes entrevistados participaram em algum tipo de movimento contra o sistema político, através da Internet (*Facebook*, blogues, entre outros) (54,5%), e em igual proporção referiram discutir assuntos de carácter político, económico ou social, através de redes virtuais (54,5%).

Todos concordaram que o *Facebook* é um veículo significativo de partilha e recolha de informação e 72,7% indicaram já ter participado em petições *online* ou partilha de informação.

### **Quadro 3.3. Utilização da Internet e redes virtuais e o envolvimento político por estas vias**

		<b>Fi</b>	<b>%</b>
<b>A Internet e as redes sociais alteram a sua prática ou envolvimento cívico e político (n=11)</b>	Não	<b>3</b>	<b>27,3</b>
	Sim	<b>8</b>	<b>72,7</b>
<b>Participou em algum tipo de movimento contra o sistema político, através da Internet (<i>Facebook</i>, blogues, entre outros) (n=11)</b>	Não	<b>5</b>	<b>45,5</b>
	Sim	<b>6</b>	<b>54,5</b>
<b>O <i>Facebook</i> é um veículo significativo de partilha e recolha de informação (n=11)</b>	Sim	<b>11</b>	<b>100,0</b>
<b>Discute assuntos de carácter político, económico ou social, através de redes virtuais (n=11)</b>	Não	<b>5</b>	<b>45,5</b>
	Sim	<b>6</b>	<b>54,5</b>
<b>Já participou em petições online ou partilha de informação (n=11)</b>	Não	<b>3</b>	<b>27,3</b>
	Sim	<b>8</b>	<b>72,7</b>

<sup>13</sup> “Lê jornais ou usa a Web para consulta de informação política”.

<sup>14</sup> Quando é incluída a variável literacia mediática é necessário ter em consideração que consumir meios (ou seja, ter acesso a eles e consumi-los) é uma condição de desenvolvimento da literacia. Porém, não é um garante da sua existência.

### 3.2. Análise das hipóteses do estudo

**Hipótese 1:** Existe uma relação positiva da Escolarização com a melhor adesão à mobilização política, cívica e social: **Variáveis** (Escolaridade; Costuma votar; Filiação/Simpatia partidária; Literacia mediática; Pertence a algum movimento político, associação ou sindicato; se tem por costume discutir assuntos de carácter político, económico ou social através das redes virtuais).

Conforme consta do quadro 3.4. verificou-se uma associação estatisticamente significativa ( $\alpha=0,05$ ) entre a variável Escolaridade e variável da Participação em petições *online* ou partilha de informação ( $p=0,024$ ).

Analisando os resíduos estandardizados ajustados observa-se que existe uma maior tendência de associação entre a ausência de Licenciatura e a não participação em petições online ou partilha de informação ( $D_{11}=2,7$ ) e em contraponto uma tendência de associação entre a posse de licenciatura e essa participação/partilha ( $D_{22}=2,7$ ).

Entre os entrevistados sem Licenciatura, 75% afirmou não participar em petições *online* ou partilhar informação, e entre aqueles que possuem Licenciatura todos referiram efetuar tal participação/partilha (100%).

Para as restantes variáveis consideradas não foi detetada nenhuma associação significativa com a variável escolaridade ( $\alpha=0,05$ ).

**Quadro 3.4. Análise da relação entre a variável escolaridade e as variáveis respeitantes ao posicionamento partidário, comportamentos políticos e utilização da Internet e redes virtuais (e o envolvimento político por estas vias)**

		Sem licenciatura		Com licenciatura		Teste exato de Fisher Valor-p
		Fi	%	Fi	%	
<b>Considera-se uma pessoa mais de esquerda ou direita<sup>15</sup></b>	Esquerda	3	75,0	5	83,3	1,000
	Direita	1	25,0	1	16,7	
<b>Costuma votar</b>	Não	2	50,0	1	14,3	0,491
	Sim	2	50,0	6	85,7	
<b>Pertença a algum movimento político, associação ou sindicato</b>	Não	3	75,0	2	28,6	0,242
	Sim	1	25,0	5	71,4	
<b>Participação em manifestações</b>	Não	3	75,0	2	28,6	0,242
	Sim	1	25,0	5	71,4	
<b>Literacia mediática</b>	3 meios(jornais, telejornais e <i>online</i> )	1	33,3	4	57,1	1,000
	Apenas 1 ou 2 destes meios	2	66,7	3	42,9	
<b>A Internet e as redes sociais alteram a sua prática ou envolvimento cívico e político</b>	Não	2	50,0	1	14,3	0,491
	Sim	2	50,0	6	85,7	
<b>Discute assuntos de carácter político, económico ou social, através de redes virtuais</b>	Não	3	75,0	2	28,6	0,242
	Sim	1	25,0	5	71,4	
<b>Participou em algum tipo de movimento contra o sistema político, através da Internet (<i>facebook</i>, <i>blogues</i>, entre outros)</b>	Não	3	75,0	2	28,6	0,242
	Sim	1	25,0	5	71,4	
<b>Já participou em petições <i>online</i> ou partilha de informação</b>	Não	3	75,0	0	0,0	<b>0,024</b> D <sub>11</sub> =2,7 D <sub>22</sub> =2,7
	Sim	1	25,0	7	100,0	

<sup>15</sup> Optou-se por utilizar esta variável (e não a simpatia partidária), uma vez que neste caso o número de respostas válidas era superior ao verificado para a variável simpatia. As respostas fornecidas a esta questão vão no mesmo sentido que as fornecidas à questão da simpatia partidária, pelo que seria redundante considerar as duas variáveis.

**Hipótese 2:** Existe uma relação positiva entre o grau de Literacia e o grau de envolvimento político nas formas mais convencionais com um maior uso das redes virtuais para fins políticos: **Variáveis:** Escolaridade<sup>16</sup>; Pertence a algum movimento político, associação ou sindicato; Literacia mediática; se tem por costume discutir assuntos de carácter político, económico ou social através das redes virtuais; costuma votar; se a Internet e as redes virtuais alteraram a sua prática ou envolvimento cívico e político; se já participou em algum tipo de movimento contra o sistema político, através da Internet (Facebook, blogues, e outros); considera o Facebook um veículo significativo de partilha e recolha de informação; discute política em casa; se já participou em petições *online* ou partilha de informação; já participou em manifestações?

Analisando a relação entre a literacia mediática e as variáveis respeitantes ao posicionamento partidário, comportamentos políticos e utilização da internet e redes virtuais (e o envolvimento político por estas vias) não foi detetada nenhuma associação estatística significativa ( $\alpha=0,05$ ) (quadro 3.5.).

**Quadro 3.5. Análise da relação entre a variável literacia mediática e as variáveis respeitantes ao posicionamento partidário, comportamentos políticos e utilização da Internet e redes virtuais (e o envolvimento político por estas vias)**

		Maior literacia mediática <sup>17</sup>		Menor literacia mediática <sup>18</sup>		Teste exato de Fisher Valor-p
		Fi	%	Fi	%	
<b>Considera-se uma pessoa mais de Esquerda ou Direita<sup>19</sup></b>	Esquerda	3	75,0	4	80,0	1,000
	Direita	1	25,0	1	20,0	
<b>Costuma votar</b>	Não	1	20,0	2	40,0	1,000
	Sim	4	80,0	3	60,0	
<b>Pertença a algum movimento político, associação ou sindicato</b>	Não	1	20,0	3	60,0	0,524
	Sim	4	80,0	2	40,0	
<b>Participação em manifestações</b>	Não	2	40,0	3	60,0	1,000
	Sim	3	60,0	2	40,0	
<b>A Internet e as redes virtuais alteram a sua prática ou envolvimento cívico e político</b>	Não	1	20,0	1	20,0	1,000
	Sim	4	80,0	4	80,0	
<b>Discute assuntos de carácter político, económico ou social, através de redes virtuais</b>	Não	2	40,0	2	40,0	1,000
	Sim	3	60,0	3	60,0	
<b>Participou em algum tipo de movimento contra o sistema político, através da Internet (Facebook, blogues, entre outros)</b>	Não	1	20,0	3	60,0	0,524
	Sim	4	80,0	2	40,0	
<b>Já participou em petições online ou partilha de informação</b>	Não	0	0,0	2	40,0	0,444
	Sim	5	100,0	3	60,0	

<sup>16</sup> Esta relação já está analisada na hipótese anterior.

<sup>17</sup> Recorre a 3 meios (jornais, telejornais e *online*)

<sup>18</sup> Recorre a apenas 1 ou 2 meios (jornais, telejornais ou *online*)

<sup>19</sup> Optou-se por utilizar esta variável (e não a simpatia partidária), uma vez que neste caso o número de respostas válidas era superior ao verificado para a variável simpatia. As respostas fornecidas a esta questão vão no mesmo sentido que as fornecidas à questão da simpatia partidária, pelo que seria redundante considerar as duas variáveis.

### 3.3. Síntese e discussão dos resultados

É curioso confirmar que a maior parte dos jovens entrevistados afirma que a Internet e as redes virtuais alteraram as suas práticas ou o seu envolvimento cívico e político, à exceção de três casos (Diana, André, e Luana). No caso de André, um jovem ativo politicamente nas formas mais convencionais o Facebook e a Internet não vieram alterar a sua forma de estar perante a política. Por outro lado, apesar de André referir que as novas tecnologias não alteraram as suas práticas, o mesmo realça que *são uma forma muito interessante de aproximar e envolver os cidadãos naquilo que é a “causa pública”*. André reforça ainda que o

*Facebook e as restantes redes sociais são instrumentos importantes para auscultar e observar a desenvolvimento das preocupações dos mais diversos sectores da sociedade. São “uma mina” de informações que tem de ser tratada e analisada tendo em conta o seu contexto.*

No caso de Diana, uma jovem que não é envolvida com política o Facebook e as redes sociais não vieram trazer nada de novo relativamente ao seu envolvimento ou interesse por política.

*Não considero que as redes sociais tenham alterado as minhas práticas ou conduta de envolvimento cívico ou político. Costumo usar mais para estar informada, para entrar em contacto com as pessoas com a mesma opinião ou envolvimento político que eu.*

Ainda assim, Diana considera que o Facebook pode ter virtualidades enquanto espaço de debate.

*Sim, considero porque vês as pessoas partilharem vídeos ou informação/ notícias, outras a verem, e a comentarem a nossa opinião, ou o inverso. É um espaço de debate.* Relativamente a Luana que também não é ativa politicamente e não também não tem interesse por política a Internet não veio alterar a sua participação.

*Não sinto que o Facebook me tenha feito ficar mais envolvida com a política, talvez por não ter interesse por política não participo. Acho que sim que o Facebook incentiva mais a participação; as pessoas acabam por interagir mais, faz as pessoas debaterem mais assuntos, as pessoas tornaram-se mais ativistas. Por outro lado, muita gente tem acesso à internet mas não sabe manuseá-la... O Facebook é um bom veículo de informação, de todo o tipo, sim gosto do debate que se verifica. São os biliões de pessoas, de opiniões, biliões de personalidades que se juntam no Facebook, um espaço aberto a todos.*

No caso de Francisco que nunca teve muito interesse pela política, nunca votou, nem fez parte de movimentos políticos, filiações partidárias, ou sindicatos, é interessante confirmar que o Facebook alterou a sua conduta de envolvimento.

*O Facebook é um meio de acesso a muitas pessoas e acaba por ser um meio de comunicação e debate em que toda a informação se propaga facilmente. A maioria dos jovens podem dar a sua opinião, o mesmo dá acesso a notícias de tudo. Mesmo que as pessoas nunca tenham estado muito envolvidas com política ou mesmo tendo poucos conhecimentos políticos podem usar o Facebook para discutir tópicos de notícias, estarem mais próximas da atualidade, dos assuntos que as atingem. No meu caso tornei-me mais interventivo.*

No caso de Nadza que não é envolvida em política ou em atividades relacionadas com a mesma, a mesma tem uma opinião positiva face às redes sociais.

*As redes sociais são de extrema importância, permitem aos partidos conseguirem chegarem ao público mais jovem e permite também maior participação política entre elas manifestações.*

Segundo Carlota, apesar de também não pertencer a nenhum movimento político ou de estar intimamente ligada a política, reconhece o valor que a Internet e as redes virtuais podem exercer na vida dos indivíduos.

*A Internet permite-nos olhar para o mundo de uma forma mais abrangente e pôr Portugal numa perspetiva comparada. Ao ficarmos a saber que noutra país da União Europeia se passou algo de importante, pensamos também no modo em como isso pode vir a influenciar Portugal. Logo, a Internet, ao permitir-nos olhar para o mundo globalizado, permite-nos também pôr em perspetiva os acontecimentos no nosso país e envolvermo-nos mais nas questões que o afetam. O Facebook "obriga-nos" de uma forma ou de outra, a termos uma maior consciencialização do que se passa no mundo. Ao termos amigos que partilham notícias e fenómenos de importância política, faz com que, inconscientemente, também nós acabemos por ler, e se acharmos relevante, partilhar. Daí, o Facebook é um meio extremamente importante de partilha e recolha de informação.*

Já no caso de jovens ativos politicamente a sua visão é igualmente muito positiva. No caso de Hugo, jovem socialista a internet alterou as suas práticas políticas.

*Sim, por causa da facilidade que existe em divulgar e ter acesso a informações políticas. Hugo explica ainda que as redes sociais acabam por ser mais um veículo informativo para podermos conhecer e dar a conhecer atividades e tomadas de posição.*

No caso de Raquel, muito ativa politicamente, membro do movimento 12 de Março 2011, a Internet é benéfica no ponto de vista do seu envolvimento nos assuntos.

*Sim a Internet alterou as minhas práticas políticas, apesar de sempre ter sido ativa politicamente, me manifestado, cresci num background político. A Internet pode ser fundamental quando é usada de um modo democrático. No entanto penso que o Facebook e as redes digitais podem ser um pau de dois bicos. A informação que chega às pessoas é muitas vezes propaganda. A Internet trouxe consigo canais alternativos, novas formas de*

*organização mais fluida, sem hierarquia, grupos em todos os sectores da sociedade. O Facebook pode promover cidadania. Criámos vários fóruns de discussão (Fórum das Gerações, Academia Cidadã). A Internet aproxima-nos. Precisamos e usamos estes instrumentos, técnicas das quais nos devemos apropriar para fazer outras práticas políticas.*

No entanto, Raquel Freire alerta para o facto de é que necessário educar para a cidadania para os cidadãos fazerem um melhor uso das redes virtuais e da Internet. Aliás, um dos grandes projetos levados a cabo pela academia cidadã, projeto lançado pelas pessoas que organizaram o protesto do Geração à Rasca, protagonizado a 12 de Março de 2011, é educar as crianças para o manuseamento da Internet para exercer uma melhor cidadania. *Queremos ensinar a utilizar a Internet de uma forma política.* Aliás, o principal lema da Academia cidadã é fazer de cada cidadão um político, no sentido em que todos os indivíduos podem ser políticos e fazer a política. Raquel Freire enfatiza ainda a importância do Facebook no lançamento do movimento 12 de Março para chegar a várias pessoas.

*O Facebook foi importante na iniciativa do lançamento do movimento 12 de Março. Foi muito importante na altura. Nós de Janeiro a Março convidámos pessoas, artistas de coro, reunimos com várias associações, sindicatos, inclusive partidos políticos, sem a bandeira dos partidos, exprimindo o que queriam para o país. O Facebook deu-nos notoriedade para chegar a outros meios. A partir do momento que se usa um meio alternativo de comunicação conseguimos chegar até aos órgãos de comunicação social, numa reação contra a precariedade. Quisemos fazer com que as pessoas chegassem à rua, dissemos às pessoas, queríamos uma solução nova. A partir do 12 de Março, durante vários meses passou-se a discutir política. Notei isso entre as pessoas do bairro que nunca se interessaram propriamente por política. Passou a discutir-se a precariedade. Inspirámo-nos na Primavera Árabe para impulsionar o nosso movimento (Geração à Rasca). Foi um fenómeno internacional, em que fomos pioneiros. Quisemos fazer um acordar às pessoas; para perceberem que era possível fazer movimentos sociais. Quisemos fazer passar a mensagem que é possível fazer-se um protesto apartidário – tu podes exercer política, sem estar inscrito num partido político; exercício do bem comum; da coisa pública. De facto tivemos casos de pessoas que nunca estiveram envolvidas com política, que nos mandaram emails a aperceberem-se de que eram precárias e que tinham agora o poder de movimentar-se.*

No caso de João, principal impulsionador do protesto geração à rasca (12 de Março de 2011), e ativista político, a Internet e as redes sociais foram determinantes para as suas práticas de envolvimento cívico e político.

*Tenho a certeza absoluta. Alterou muito. Eu utilizo o facebook sobretudo para ativismo político.* Para João, as redes sociais são benéficas a nível político na medida em que *pessoas que estão longe, isoladas geograficamente, poderem perceber que há pessoas*

*que tem os mesmos interesses e opiniões políticas delas, tem juntado as pessoas e é importante para as pessoas se tornarem mais ativistas. Coloco temas a pessoas que não gostam de política e depois digo às pessoas que estamos a discutir política. Fazendo petições, participando ativamente (dentro de partidos políticos), iniciativas europeias. Sim sem dúvida a Geração à Rasca não teria acontecido sem o Facebook. Apesar de considerar o Facebook um importante espaço de debate e de procura de informação, João avança que esta rede virtual já foi um veículo mais significativo de partilha e de recolha de partilha de informação. Já foi mais. O algoritmo de informação agora está mais restringido.*

Para Rui, ativo politicamente, tendo já pertencido a um sindicato, e sendo presentemente presidente e cofundador de uma associação cívica de cariz ambiental, estando neste momento a tentar formar um partido político com outros cidadãos, a Internet e as redes virtuais alteraram a sua forma de estar perante a política.

*Como ferramentas de grande implementação das massas, naturalmente que me influenciaram. É mais uma ferramenta para a possível participação cívica e política, que pode ou não revelar-se de utilidade.* Por outro lado, Rui explica que a Internet,

*como qualquer outra ferramenta, pode ou não ser útil, dependendo da utilização que lhe damos, e da capacidade das pessoas em filtrar e compreender essa informação. Se um indivíduo não possui cultura suficiente para interpretar um determinado problema, o Facebook não o irá ajudar nesse processo, apenas o vai intensificar.*

Ao longo da investigação e das entrevistas conduzidas para o estudo, é possível inferir através dos dados reunidos que os jovens que já têm uma socialização e um envolvimento político forte nas formas mais convencionais (pertença a filiações partidárias, juventudes partidárias, movimentos sociais – caso do 12 de Março) têm uma maior tendência em utilizar a Internet e as redes virtuais de uma forma política, procurando permanentemente informação sobre as instituições políticas; participando e discutindo assuntos sobre Portugal e as instituições europeias, a crise económica e política, através de espaços e páginas *online* criadas por estes jovens no Facebook. No caso dos jovens que não são envolvidos com política, as redes virtuais têm impacto na sua socialização com o mundo, mas não tão realçado como no caso dos outros jovens já envolvidos politicamente.

## Conclusão

A Internet e as redes virtuais podem revelar-se de extrema importância no ativismo político dos cidadãos mas tudo isso dependerá da forma como a Internet for utilizada e do grau de identidade cívica e política dos indivíduos, o qual é determinante no seu envolvimento.

Para Livingstone e Haddon (2009:71), a Internet pode oferecer oportunidades e benefícios sendo que entre se encontram incluídas quatro categorias: a educação, aprendizagem e literacia digital; participação e envolvimento cívico; criatividade e autoexpressão. Por outro lado, os autores Kalmus, Runnel e Siibak (2009:71, in Livingstone e Haddon), reforçam que para se fazer uso das oportunidades online que estejam relacionadas sobretudo com a participação e o envolvimento cívico é necessário que os indivíduos tenham determinadas «(...) competências comunicativas de um modo geral e habilidades digitais.». Aliás, segundo Dahlgren (cit. por Kalmus, Runnel et al., 2009:71, Idem), a literacia digital é um requisito indispensável para as práticas democráticas.

Com efeito, de acordo com Wellman e Haythornthwaite (2002, cit. por Calenda e Mosca, 2007:86, in Loader) estudos mais recentes sobre a Internet revelam que a mesma não diminui o envolvimento cívico e político ao contrário do que se pode pensar. Para Wellman et al. (2001:448, cit. por Calenda e Mosca, 2007:86, in Loader) o frequente uso da internet «está associado com um elevado envolvimento participativo em organizações e na política e a discussão política *online* parece ser uma extensão da atividade *offline*.»

Calenda e Mosca (2007:92, in Loader), concluíram através do seu estudo que os indivíduos que já são envolvidos em redes sociais e políticas *offline* têm uma maior propensão a utilizar a internet para reforçar ou consolidar a sua participação. De acordo com a investigação destes, quanto mais os jovens estudantes se encontram envolvidos em diferentes redes sociais e políticas, maior a tendência para usarem a internet para reforçar a sua participação.

Por outro lado, de acordo com um estudo promovido pela EAVI (*European Association for Viewers Interests*) sobre os jovens e os media e o envolvimento na União Europeia, é necessário reconetar os jovens com os principais canais de informação das entidades políticas e dos políticos através das redes sociais e isso passa sobretudo pelo facto de que as entidades comunicativas devem esforçar-se por se aproximar dos cidadãos e por divulgar informação fidedigna, sem interesses económicos ou políticos (2013:26). É igualmente interessante confirmar através do relatório realizado por esta associação como ao nível dos países da União Europeia, de acordo com o estudo, as duas grandes fontes de informação mais utilizadas pelos jovens serem as redes virtuais e os jornais *online*, a julgar pela figura 3 do relatório (redes virtuais com 56, 42% e jornais online com 49, 73%, 2013:14). Segundo o relatório da EAVI (2013:14) este facto associa-se à ideia de que os

jovens cada vez mais preferem procurar informação por sua própria iniciativa, aproveitando as potencialidades oferecidas pela web.

A Internet e as redes virtuais podem revelar-se imperativas se os jovens souberem utilizá-las para fins políticos. Com efeito, é possível concluir que os jovens que já têm uma pré-disposição em participar politicamente e civicamente através das formas tradicionais, irão ter uma maior propensão para utilizar a internet de uma forma democrática e participativa, procurando informar-se acerca dos assuntos que lhes interessam e aproximarem-se dos políticos ou até criarem páginas que apelem à participação e intervenção dos jovens na sociedade para a solução de problemas comuns, quer de cariz cívico, social, ou político. No que respeita a jovens menos envolvidos com política o papel da Internet não se revela tão potenciador face ao envolvimento dos mesmos. No entanto, é possível confirmar que a Internet está a criar um novo tipo de interação que permite às pessoas que nunca antes envolvidas com política e sem interesse possam discutir e até participar numa esfera pública de debate presente nas redes sociais. Neste sentido, a internet pode estar a criar uma literacia cívica uma vez que permite um debate aberto, acessível a todos, em que todos os indivíduos possam discutir, comentar os assuntos, e envolverem-se democraticamente.

Mas se por um lado a Internet e as redes virtuais têm o papel de informar e de dar uma quantidade considerável de informação aos indivíduos, é necessário que os mesmos tenham capacidade para entender e interpretar a informação que lhes é colocada ao dispor.

A Educação é um requisito indispensável para envolver os jovens mais ativamente com as instituições e a política. É necessário educar os jovens civicamente para os mesmos poderem participar e utilizarem a Internet de uma forma democrática e como uma forma de se manifestarem e envolverem. É neste sentido que a escola, os *media*, a família, as instituições que moldam a sociedade, entre outros agentes sociais têm um papel fundamental para a Cidadania e civismo dos jovens. É prioritário ensinar os jovens a distinguirem a informação dos *media* ou das instituições políticas, da mesma forma que os *media*, políticos e instituições ao quererem chegar às massas através da Internet (redes virtuais) devem esforçar-se por assegurar e divulgar uma informação rigorosa, imparcial, transparente e com qualidade (EAVI, 2013:26).

## Referências bibliográficas

- ABÍLIO, C., «*Sociedade civil, democracia participativa e poder político em Portugal*», Lisboa: Colibri, 2006.
- ATHIQUE, Adrian (2013), «*Digital Media and Society: An Introduction*», Cambridge: polity press.
- ÁVILA, P. (2008b), «*A Literacia dos Adultos – Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*», Oeiras, Celta.
- BARLOW, J.P. (1996a), «*Thinking Locally, Acting Globally – Time*», 15 January, Online at: <http://jcgi.pathfinder.com/time/magazine/article/0,9171,983964,00,html>.
- BARLOW, J.P. (1996b), «*A Cyberspace Independence Declaration –Cyber-Rights List*», 8 February. Online at: [www.homes.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html](http://www.homes.eff.org/~barlow/Declaration-Final.html).
- BARREIROS, José Jorge (2012), «*Democracia, Comunicação e Media*», Editora Mundos Sociais.
- BELCHIOR, Ana Maria (2010), «*Democracia e Representação Partidária – A elite parlamentar e os cidadãos*», Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BENNETT, W. L. «*Civic Life On-line*», Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.
- BENKLER, Yochai (2006), «*The Wealth of Networks - How Social Production Transforms Markets and Freedom* », Yale University Press, New Haven and London.
- CARDOSO, Gustavo (2003), «*O que é Internet*», editora Quimera.
- CUNHA, Carlos e Filipa Seiceira (2009), "Os novos *media*, os cidadãos e o Parlamento em Portugal: a continuidade do fosso digital da democracia electrónica e as lições a retirar da experiência de Obama", in Freire, André e José Manuel Leite Viegas (orgs.), *Representação Política – O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante Editora, pp. 91-118
- CARPINI, M.X.D. (1996), «*Voters, candidates, and campaigns in the new information age: An overview and assessment*», Harvard International Journal of Press/Politics, 1, 36-56
- CASTELLS, Manuel (2013), «*Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da Internet*», 1ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian.
- COLEMAN, Stephen e Jay G.Blumler (2009), «*The Internet and Democratic Citizenship – Theory, Practise and Policy*», New York: Cambridge University Press, 2009.
- RASH, W. (1997),«*Politics on the nets: Wiring the political press*», New York: Freeman.
- DAHL, Robert Alan (2000), «*On Democracy*», Yale University Press.
- DALGREN, P. (2006), "Civic participation and practices: beyond "deliberative democracy", in N. Carpentier, P. Pruulmann-Vengerfeldt, K. Nordenstreng, M. Hartmann, P.Vihalemm and B. Cammaerts (eds) *Researching media, democracy and participation*, Tartu, Estonia: Tartu University Press: 23-24.
- DARIN. B. (2000), «*Prometheus wired: The hope for democracy in the age of network technology*», Chicago: University of Chicago Press.
- DELLA PORTA, Donatella (2013),«*Can Democracy be saved?*», Polity Press.
- DIAMOND, L.J. & Morlino, L. (eds.) (2005) «*Assessing the Quality of Democracy*», Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- DEWEY, John (1997 (1916) ) «*Democracy and Education*» , New York: Free Press

FREIRE, André e José Manuel Leite Viegas (2009), «Representação Política – O caso português em Perspectiva Comparada», editora Sextante.

FREIRE, André (2014), «Austeridade, Democracia e Autoritarismo», editora. Vega

GIBSON, R., Lusoli, W. and Ward, S. (2002) «UK Political Participation Online: The Public Response. A Survey of Citizens' Political Activity via the Internet», Salford: ESRI. Available at: [www.ipop.org.uk](http://www.ipop.org.uk).

GUERRA, Isabel Carvalho (2006), «Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso», Príncipia Editora, Lda., Estoril

HAGUE, B. and Loader, B. (eds) (1999), «Digital Democracy: Discourse and Decision Making in the Information Age», London and New York: Routledge.

HARRIS, A., Wyn, J. and Younes, S., 2010. «Beyond apathetic or activist youth», *Young*, 18(1), pp. 9-32.

KATZ, James. E., e Rice, Ronald E. (2002), «Social consequences of internet use: access, involvement, and interaction», MIT Press, Cambridge, Massachusetts, London, England.

LIEVROUW, Leah e Sonia Livingstone (2002), «The Handbook of New Media», SAGE Publications.

LIVINGSTONE, Sonia e Leslie Haddon (2009), «Kids online –opportunities and risks for children», The Polity Press, Great Britain.

LIVINGSTONE, Sonia e Ellen Helsper, (2007), «Gradations in digital inclusion: children, young people and the digital divide», *New Media and Society* (9): 671- 696.

LIVINGSTONE, Sonia (2008), «Taking risky opportunities in youthful content creation: teenagers' use of social networking sites for intimacy, privacy and self-expression», *New Media & Society*, 10(3), 393-411.

LOADER, Brian D. (1997), «The Governance of Cyberspace: Politics, Technology and Global Restructuring», London: Routledge.

LOADER, Brian D., (2007), «Young Citizens in the digital Age – Political engagement, young people and new media», Routledge, London and New York.

MANUEL, Hugo, Abreu Jorge (2013), «*Política e sociedade online – A participação política dos estudantes universitários*», Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Lisboa, ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), orientadora: Professora Doutora Sónia Pedro Sebastião.

MEIRINHO, M.M. (2010), «Cidadania e participação política: temas e perspectivas de análise», Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

MILLNER, Henry (2002), «Civic Literacy. How informed Citizens make Democracy Work», Hanover e Londres: University Press of New England.

PAQUETE, José Manuel de Oliveira, Gustavo Leitão Cardoso, José Jorge Barreiros (2004), «Comunicação, Cultura e Tecnologias, Quimera Editores, Lda.

POUPA, Carlos e Alexandre Pereira (2003), «Como escrever uma tese: monografia ou livro científico usando o word», 2ª ed. Corrigida, Lisboa: Edições Sílabo, 2003

PUTNAM, R. (1995), «Bowling alone: America´s declining social capital», *Journal of Democracy*, 6 (1), 65-78

SHAPIRO, A., & Leone, R. (1999), «The control revolution: How the Internet is putting individuals in charge and changing the world we know», New York: Public Affairs/ Century Foundation.

SLOAM, J., (2013), « "Voice and Equality": Young People's Politics in the European Union». *West European Politics*, 36(3), pp. 1-23.

SYMPOSIUM (1995), «Emerging media technology and the First Amendment», *Yale Law Journal*, 104, 1613-1850.

TURKLE, S. (1996). *Virtuality and its discontents: Searching for community in cyberspace*. *American Prospect*, 24, 50-57.

VAN ALSTYNE, W. W. (1995), «First Amendment: Cases and materials (2<sup>nd</sup> ed.)», Westbury, NY: Foundation Press.

VIEGAS, José Manuel Leite e Eduardo Costa Dias (Organizadores), (2000) "Cidadania, Integração, Globalização", Celta Editora, Oeiras.

WELLMAN, B. and Haythornthwaite, C. (2002), *The internet in Everyday life*. Malden, MA:Blackwell.

WELLMAN, B., Quan Haase, A., Witte, J. and Hampton, K. (2001) Does the Internet increase, decrease, or supplement social capital? Social networks, participation, and community commitment. *American Behavioral Scientist*, 3: 436-55

#### **Artigos em fonte digital:**

ALMEIDA, Ana Nunes, Nuno de Almeida Alves e Ana Delicado (2011), «As crianças e a Internet em Portugal – Perfis de uso», *sociologia, problemas e práticas*, nº65, pp.9-30. Disponível em: <http://www.crinternet.ics.ul.pt/icscriancas/content/documents/n65a01.pdf>

ÁVILA, P. (2008a), "Os contextos da literacia: Percursos de vida, aprendizagem de competências-chave dos adultos pouco escolarizados", *Sociologia*, 17/18, pp. 307-337. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5521.pdf>

BRAGA, Inês e M. Conceição de Oliveira Lopes (2009), «Literacia como fundamento da cidadania», comunicação apresentada no 8º Congresso LUSOCOM, realizado entre 14-15 de Abril de 2009, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa. Disponível em: <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/view/129/105>

BRITES, Maria José e Cristina Ponte (2012), "Pesquisando a construção da política por jovens", *Em Debate*, Belo Horizonte, v.4, n.8, p.8-18. Disponível em: [http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo\\_Cristinaponte12.pdf](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo_Cristinaponte12.pdf)

CARDEÑOSA, Laura e Félix Ortega (editores), (2011), "Nuevos Medios, Nueva Comunicación", Libro de actas del II Congreso Internacional Comunicación 3.0, Salamanca, 4 -5 de Octubre de 2010, Mesa 4: Comunicación y Periodismo: blogs, wikis, redes sociales, Web 3.0 y telefonía en Internet, p.378-387: "Jovens e participação sociopolítica na Web: referenciais teórico-metodológicos", Flávia Santos (Universidade Nova de Lisboa). Disponível em: <http://comunicacion3punto0.files.wordpress.com/2013/06/comunicacion3punto0libroactas2012.pdf>

CARDOSO, Gustavo; Lamy, Cláudia (2011). "Redes sociais: comunicação e mudança". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 2, N.º 1, Primavera 2011. Consultado [online] em data da última consulta, [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol2\\_n1\\_art6](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6).

CARDOSO, Gustavo et al., (autoria), data de edição: Janeiro de 2014, “A Internet em Portugal-Sociedade em Rede 2014”, Publicações OberCom- ISSN 2182-6722. Disponível em: [http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=internet\\_portugal\\_2014.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=internet_portugal_2014.pdf)

CARDOSO, Gustavo e Rita Espanha, Tiago Lapa e Vera Araújo, “E-Generation 2008: Os Usos de Media pelas crianças e Jovens em Portugal – Relatório Final de apuramentos Estatísticos”, research report, Março 2009, Apoio à investigação da Portugal Telecom, OberCom. Disponível em: <http://www.obercom.pt/client/?newsId=29&fileName=rr8.pdf>

CARVALHO, Tiago e José Luís Casanova (2010), “Esfera pública, democracia e internet: os bloggers em Portugal”, Observatorio (OBS\*) Journal, Vol.4, Nº2, Lisboa, OberCom, pp.91-118. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/343/359>

CORREIA, João Carlos e Anabela Gradim (2014), revista nº15 especial, Estudos em Comunicação.

CORREIA, João Diogo (2013), notícia avançada pela revista «Mais Superior» com o título: «Jovens sem Internet têm mais dificuldades», 7 de Janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.maissuperior.com/2013/01/07/jovens-sem-internet-tem-mais-dificuldades/>

FRENETTE, Micheline e Marie-France Vermette (2013), «Os jovens adultos e a esfera pública digital: uma perspectiva intercultural», em Helena Sousa e Manuel Pinto et al., Revista Comunicação e Sociedade, volume 23, 2013, pp.14-35. Disponível em: [http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV\\_8048/20131126406982311250.pdf](http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8048/20131126406982311250.pdf)

HORVATH, Anna e Giulia Paolini, Relatório produzido por: Eurydice and policy Support Unit (P9) of the Education, Audiovisual and Culture Executive Agency (EACEA), Comissão Europeia, “Political Participation and EU Citizenship: Perceptions and Behaviours of Young People- Evidence from Eurobarometer surveys”. Disponível em :<http://eacea.ec.europa.eu/youth/tools/documents/perception-behaviours.pdf>

LUQUE, Santiago Giraldo, Juan Francisco Martínez Cerdá et al., (2013), «The 15 Movement. Collective and volatile action in the political arena», Universidade Autònoma de Barcelona, pp.69-81, em Helena Sousa e Manuel Pinto et al., Revista Comunicação e Sociedade, vol.23, 2013. Disponível em:[http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV\\_8048/20131126406982311250.pdf](http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8048/20131126406982311250.pdf)

MACEDO, Lurdes (2005), Educação e Literacia para os Media na Promoção da Cidadania (Em linha) in LIVRO DE ACTAS 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 4º SOPCOM, Aveiro, Comissão Editorial da Universidade de Aveiro. (Cons.5 de Jan. 2009). Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/macedo-lurdes-esducao-literacia-para-media-promocao-cidadania.pdf>

MAGALHÃES, Pedro e Jesus Sanz Moral (2008), «Os jovens e a política – Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa». Disponível em: [http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os\\_jovens\\_e\\_a\\_politica.pdf](http://www.presidencia.pt/archive/doc/Os_jovens_e_a_politica.pdf)

MILLETTE, Mélanie (2014), «Contra-público e media sociais: O caso do colectivo francófono *taGueule* no Canadá de língua inglesa», Mélanie Millette, Laboratoire de communication médiatisée par ordinateur, Université du Québec à Montréal, Canadá, pp. 61- 76, em João Carlos Correia e Anabela Gradim (2014), revista nº15 especial, Estudos em Comunicação. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/15/pdf/EC15-2014Jun.pdf>

MONTARGIL, Filipe (Coordenador), Relatores: Rui Lourenço, Ana Paula Simões, Luís Vidigal, Filipe Montargil (2008), «O desenvolvimento da democracia eletrónica em Portugal – Grupo de Trabalho *Ad-hoc* para o desenvolvimento da democracia eletrónica em Portugal». Disponível em: [http://www.apdsi.pt/uploads/news/id232/democracia%20electronica\\_1003\\_20081210.pdf](http://www.apdsi.pt/uploads/news/id232/democracia%20electronica_1003_20081210.pdf)

MORGADO, Isabel (2009), «Direitos do Homem, Imprensa e Poder», editora Livros LabCom. Disponível em: [http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110818-morgado\\_direitos\\_homem.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110818-morgado_direitos_homem.pdf)

RAMOS, Hugo (2013), “(i)Literacias: Uma reflexão Comparativa sobre Participação, Competência e Poder entre *Media* tradicionais e Novos *Media*”, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia, Literacia dos Novos Media. Disponível em: [http://www.academia.edu/3847779/\\_i\\_Literacias\\_Uma\\_Reflexao\\_Comparativa\\_sobre\\_Participacao\\_C\\_ompetencia\\_e\\_Poder\\_entre\\_Media\\_Tradicionais\\_e\\_Novos\\_Media](http://www.academia.edu/3847779/_i_Literacias_Uma_Reflexao_Comparativa_sobre_Participacao_C_ompetencia_e_Poder_entre_Media_Tradicionais_e_Novos_Media)

PAPES, Alessandro e Kristina Stoycheva (2013), «Media and Young Citizens’ Engagement in the EU», relatório final da EAVI (European Association for Viewers Interests), no contexto do programa «Europe for Citizens Programme» da Comissão Europeia. Disponível em: <http://www.eavi.eu/joomla/images/stories/EYAG/eyag-report-december-2013.pdf>

PONTE, Cristina, Universidade Nova de Lisboa (2012), “Digitally empowered? Portuguese children and the national policies for the internet inclusion”, Estudos em Comunicação nº11, 53 -70. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-03.pdf>

SANTOS, Flávia (2010), Universidade Nova de Lisboa, pp. 378-387: “Jovens e participação sociopolítica na Web: referenciais teórico-metodológicos”, em Laura Cardeñosa e Félix Ortega (editores), (2011), “Nuevos Medios, Nueva Comunicación”, Libro de actas del II Congreso Internacional Comunicación 3.0, Salamanca, 4 -5 de Octubre de 2010, Mesa 4: Comunicación y Periodismo: blogs, wikis, redes sociales, Web 3.0 y telefonía en Internet. Disponível em: <http://comunicacion3punto0.files.wordpress.com/2013/06/comunicacion3punto0libroactas2012.pdf>

SANTOS, Flávia (2012), «Juventudes partidárias e mobilização cívica on-line: o caso das eleições presidenciais em Portugal (2011)», Sociedade e Cultura, Goiânia, volume 15, n.1, p.39-50, DOI: 10.5216/sec.v15i1.20671.

Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/20671/12322>

SOUSA, Helena e Manuel Pinto (2011), «Communication and citizenship – Rethinking crisis and change», Grácio Editor, Comunicações relativas à Conferência IAMRC, realizada em Braga entre 18-22 de Julho, organizada pela Universidade do Minho.

Disponível:[http://www.comunicacao.uminho.pt/upload/docs/Communication\\_&\\_citizenship.pdf](http://www.comunicacao.uminho.pt/upload/docs/Communication_&_citizenship.pdf)

SOUSA, Helena e Manuel Pinto et al., (2013), «Esfera pública digital – Fragilidades e desafios – Capacitação de práticas cívicas; Internet, media e participação política», Volume 23-Comunicação e Sociedade. Disponível

em:[http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV\\_8048/20131126406982311250.pdf](http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8048/20131126406982311250.pdf)

SILVA, Patrícia Olinda Loureiro Dias (2008), pp.15-32, «Possibilidades e limites das TIC para a literacia cívica», Comunicação e Sociedade, Volume 14 com o título, “NOVOS TERRITÓRIOS DA LITERACIA”. Disponível em: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1073/1036>

HACKER, Ken & Jan Van Dijk (2000), Models of Democracy and concepts of communication – Prepublication Draft of Chapter 3, «Digital Democracy, issues of theory and Practise», SAGE PUBLICATIONS Copyright, Jan A.G.M. van Dijk, University of Twente, the Netherlands. Disponível em:[http://www.utwente.nl/gw/vandijk/research/e\\_government/e\\_government\\_plaatje/models\\_of\\_democracy1.pdf](http://www.utwente.nl/gw/vandijk/research/e_government/e_government_plaatje/models_of_democracy1.pdf)

KAPOR, Mitchell (1993), «Where is the Digital Highway Really Heading? - The Case for a Jeffersonian Information Policy», Wired 1.03. Disponível em: <http://archive.wired.com/wired/archive/1.03/kapor.on.nii.html>

KELLNER, Douglas & Jeff Share (2007), «Critical Media Literacy, Democracy, and the Reconstruction of Education», UCLA Center Change, Publications and resources for transforming public schools. Disponível em: <http://centerx.gseis.ucla.edu/xchange/critical-uses-of-media-and-technology/xpress/critical-media-literacy-democracy-and-the-reconstruction-of-education>

LOPES, Cristina, Paula (2011), «Literacia (s) e literacia mediática», CIES e-Working Paper N.º 110, CIES-IUL Centro de investigação e estudos de sociologia – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP110\\_Lopes.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP110_Lopes.pdf)

LOPES, Cristina, Paula (2011), «Literacia Mediática e Cidadania. Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa: Enquadramento teórico-conceitual, questões metodológicas e operacionais, ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL, Lisboa, Portugal, comunicação apresentada no Congresso Nacional “Literacia, *Media* e Cidadania”, organizado por Sara Pereira, realizado entre 25-26 Março 2011, em Braga, na Universidade do Minho. Disponível em: [http://www.academia.edu/735860/Literacia\\_medi%C3%A1tica\\_e\\_cidadania.\\_Perfis\\_de\\_estudantes\\_universit%C3%A1rios\\_da\\_Grande\\_Lisboa\\_Enquadramento\\_te%C3%B3rico-conceitual\\_quest%C3%B5es\\_metodol%C3%B3gicas\\_e\\_operacionais](http://www.academia.edu/735860/Literacia_medi%C3%A1tica_e_cidadania._Perfis_de_estudantes_universit%C3%A1rios_da_Grande_Lisboa_Enquadramento_te%C3%B3rico-conceitual_quest%C3%B5es_metodol%C3%B3gicas_e_operacionais)

LOUREIRO, Ana e Dina Rocha (2012), «Literacia digital e literacia da informação – competências de uma era digital», Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, comunicação apresentada no II Congresso Internacional TIC e Educação, realizado em Lisboa entre 30 de Novembro- 02 de Dezembro de 2012, pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pp.2726-2736. Disponível em: <http://ticeduca.ie.ul.pt/atas/pdf/376.pdf>

LUSA, notícia online avançada pela revista visão, de 25 de Maio 2014, com o título «Europeias: Taxa de participação UE de 43,1%, Portugal 8º país com maior abstenção». Disponível em: <http://visao.sapo.pt/europeias-taxa-participacao-ue-de-431-portugal-8-pais-com-maior-abstencao=f782208>

LUSA, notícia online avançada pelo Diário de Notícias, de 5 de Junho 2011, com o título: «Eleições: Abstenção é de 41,1% - Abstenção ultrapassou a das eleições legislativas de há dois anos e é maior de sempre». Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1870867](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1870867)

## **ANEXOS**

**Guião de entrevista realizado aos 9 entrevistados envolvidos com política e não envolvidos com política:**

Nome completo:

Idade:

Local de nascimento:

Residência atual:

Área de escolaridade:

Filiação/Simpatia partidária:

Nível de literacia mediática (se lê jornais ou usa a web para consulta de informação política)

Profissão dos pais e respetiva escolaridade dos mesmos:

O que é para si a política?

Como é que definiria um político?

Se se considera uma pessoa mais de Esquerda ou Direita?

Que avaliação faz das instituições políticas?

O que é mais importante para si, os programas partidários ou as pessoas?

Que avaliação faz das associações? Sindicatos?

O que entende por Esquerda e Direita?

Que assuntos é que gostaria de ver tratados mais vezes na sociedade?

Costuma votar? Se vota ou não? Porquê?

Pertence a algum sindicato, associação ou movimento político? Se sim, o que o levou a filiar-se?

Já participou em manifestações?

Já participou em petições *online* ou partilha de informação?

Discute política em casa?

Considera que a Internet e as redes sociais (facebook e outras) tenham alterado as suas práticas ou a sua conduta de envolvimento cívico e político?

Já participou em algum tipo de movimento ou manifestação contra o sistema político através do facebook, blogues ou outra rede social através da Internet?

Considera o facebook, por exemplo, um veículo significativo de partilha e de recolha de informação?

Costuma discutir ou debater assuntos de carácter político, económico ou social através do facebook ou outra rede virtual?

Quando pretende informar-se acerca de qualquer tipo de assunto, visualiza mais o telejornal informativo, a imprensa escrita, a web ou as páginas dos jornais online presentes no facebook?

Guião de entrevista realizado aos dois entrevistados pertencentes ao M12 de Março 2011:

Nome completo:

Idade:

Local de nascimento:

Residência atual:

Área de escolaridade:

Filiação/Simpatia partidária:

Nível de literacia mediática (se lê jornais ou usa a *web* para consulta de informação política)

Profissão dos pais e respetiva escolaridade dos mesmos:

O que é para si a política?

Como é que definiria um político?

Se se considera uma pessoa mais de Esquerda ou Direita?

Que avaliação faz das instituições políticas?

O que é mais importante para si, os programas partidários ou as pessoas?

Que avaliação faz das associações? Sindicatos?

O que entende por Esquerda e Direita?

Que assuntos é que gostaria de ver tratados mais vezes na sociedade?

Costuma votar? Se vota ou não? Porquê?

Pertence a algum sindicato, associação ou movimento político? Se sim, o que o levou a filiar-se?

Já participou em manifestações?

Já participou em petições *online* ou partilha de informação?

Discute política em casa?

Considera que a Internet e as redes virtuais (facebook e outras) tenham alterado as suas práticas ou a sua conduta de envolvimento cívico e político?

Já participou em algum tipo de movimento ou manifestação contra o sistema político através do facebook, blogues ou outra rede virtual através da Internet?

Considera o facebook, por exemplo, um veículo significativo de partilha e de recolha de informação?

Costuma discutir ou debater assuntos de carácter político, económico ou social através do facebook ou outra rede virtual?

Quando pretende informar-se acerca de qualquer tipo de assunto, visualiza mais o telejornal informativo, a imprensa escrita, a *web* ou as páginas dos jornais *online* presentes no facebook?

Considera que o facebook através da sua rede de ligações tenha conseguido fazer com que indivíduos nunca antes envolvidos com política nas suas formas mais convencionais, com a criação de novos movimentos sociais, muitos deles fenómenos que surgiram através das redes sociais, como é o caso do movimento 12 de Março, tenham-se tornado mais interessados e se tivesse gerado nestes, sentimentos de uma maior cidadania e participação?

